

**33º CONGRESSO
NACIONAL
CNE** Brasil

De 12 a 15 de janeiro de 2017 • Brasília-DF

**PAULO FREIRE:
EDUCAÇÃO PÚBLICA,
DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA**



RESOLUÇÕES APROVADAS

INTERNACIONAL

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.
21.
22.
23.
24.
25.
26.
27.
28.
29.
30.
31.
32.
33.
34.
35.
36.
37.
38.
39.

O mundo vive um momento de instabilidade generalizada, onde as políticas conservadoras e reacionárias ganham protagonismo central.

Desde 2008 o capitalismo vive uma crise estrutural que tem atingido de forma mais contundente os países emergentes, cuja economia está baseada na financeirização internacional e na venda de commodities. Os Estados nacionais perdem para grandes empresas transnacionais, seu poder de controle das políticas macroeconômicas. Os especuladores mundiais movimentam por dia US\$ 3,5 trilhões, valor superior a 40 vezes ao valor monetário das transações de bens e serviços mundial.

A crise capitalista segue seu curso e se aprofunda, confirmando a análise de seu caráter prolongado e mais abrangente crise do capitalismo desde 1929.

O capitalismo, hoje completamente globalizado, necessita de crises para seu funcionamento. Em 2008, porem, dá-se o início de uma nova crise financeira mundial, afetando primeiramente os países do capitalismo central, como os EUA.

O período em questão conjugado com os efeitos deletérios da Primavera Árabe - responsável pela desestruturação político-social e econômica de diversos países do norte da África e do Oriente Médio, deram origem ao refluxo nas políticas de bem-estar social em todo o mundo e ao maior movimento migratório de refugiados na história recente da Europa, provocando o fechamento das fronteiras em diversos países, a morte de milhares de pessoas em travessias marítimas, além do recrudescimento da xenofobia e do fascismo no Velho Continente.

O plebiscito que aprovou a saída do Reino Unido da União Europeia, sob a campanha do Brexit (Britain Exit), foi uma vitória não só do partido nacionalista britânico, mas de alas conservadoras europeias e do resto do mundo, que em nome da pretensa proteção dos seus empregos criminalizam os imigrantes desconsiderando os efeitos da crise econômica, do avanço da robótica e da globalização que investe no subemprego asiático e em outras partes do

mundo. Outros países ameaçam seguir o Reino Unido, colocando em xeque uma união continental pautada na integração econômica, social e cultural entre nações, que serviu de referência para o Mercosul e a Unasul.

A pauta nacionalista, conservadora e neoliberal que se espalha perigosamente em nível global, através de governos e partidos de direita e ultradireita, além de não sanar os problemas da recente crise do capitalismo – sobretudo o desemprego e a ampla supressão de direitos sociais e trabalhistas – e da expansão do terrorismo tende a causar mais instabilidade socioeconômica e política no mundo com perseguições a estrangeiros, em especial a refugiados e a comunidades tidas como minorias, a exemplo de ciganos, LGBT e determinadas etnias e grupos religiosos.

Se, por um lado, a correlação de forças que rege a ONU não é capaz de conter calamidades e guerras no mundo. No Haiti, mesmo após o terremoto que matou mil pessoas e agravou a epidemia de cólera introduzida pelas tropas da ONU, as massas oprimidas renovam a resistência contra a ocupação da Minustah. A situação na Síria e em inúmeros países africanos vítimas de guerras e do desamparo civilizatório, as forças tradicionais de esquerda não têm conseguido apontar horizontes que sirvam de contraponto à expansão do neoliberalismo e do conservadorismo político nos diversos continentes, o que requer maior capacidade de mobilização e formulação dos campos progressistas que defendem a paz com inclusão social.

A eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, expressa a trajetória contraproducente e alienada do cidadão médio em confiar a solução de problemas de origem neoliberal a representantes das elites. E essa é uma contradição que tem se tornado corriqueira no mundo, com o crescente descrédito da política fomentado por meios de comunicação em favor da plutocracia. A administração Trump, além de manter as estruturas do imperialismo americano, reforçará a cortina de fumaça em torno do desemprego estrutural nos EUA, resultado da ganância inescrupulosa do capital, responsáveis por elevar a taxa de acumulação do 1% mais rico do mundo a patamares

1. nunca vistos. O novo presidente americano ainda carrega
2. a insígnia da xenofobia, da homofobia, da misoginia, da
3. segregação racial e da intolerância política.

4. No contexto das disputas geopolíticas, a (re)ascensão
5. da Rússia como contraponto ao imperialismo americano
6. consiste em enfraquecer o governo e os agentes capitalistas
7. norte-americanos e centro-europeus no receituário das
8. políticas neoliberais e de intervenção econômico-militar
9. em diversos países, muitos dos quais da zona de influência
10. russa. Contudo, preocupa a aproximação de governos e
11. partidos de direita e ultradireita ao governo russo atraídos
12. pela agenda conservadora de Putin contra homossexuais,
13. imigrantes e minorias em geral.

14. Já a América Latina e os demais países periféricos
15. do planeta passaram a sentir os efeitos da crise de 2008
16. principalmente depois que os EUA começaram a interferir na
17. formação dos preços das commodities, em especial do petróleo.

18. No campo governamental, a redução drástica do preço
19. mundial do petróleo – caindo de US\$ 147,50 em julho de 2008
20. para US\$ 25,00 em janeiro de 2015 – visou atacar sobretudo
21. os interesses dos BRICS, que se pautavam no fortalecimento
22. das relações multilaterais, com destaque para a criação do
23. G-20 e do Banco dos BRICS. Esses novos atores políticos
24. tinham e têm por objetivo alterar a governança mundial,
25. dando protagonismo às nações emergentes frente às grandes
26. potências e promovendo modelos de desenvolvimento opostos
27. ao neoliberalismo defendido pelas agências multilaterais de
28. domínios norteamericano e centro-europeu, como FMI, BIRD
29. e OMC.

30. Já na esfera empresarial, a redução das commodities
31. atuou como verdadeiro ataque especulativo às empresas e
32. riquezas naturais dos países periféricos, inclusive o Brasil,
33. abrindo as portas para a retomada das privatizações do
34. patrimônio público. E a Petrobras junto com o Pré-Sal são
35. alvos principais dessa estratégia geopolítica.

36. Diante desse cenário, pode-se afirmar que os EUA
37. estiveram por detrás do golpe institucional no Brasil. E
38. o assalto ao poder pelas elites locais cumpriu o papel de
39. retomada da hegemonia neoliberal no principal país da

Região, acompanhando o movimento de derrocada de
projetos populares nos países vizinhos, seja por meio do voto
direto, como ocorreu na Argentina, seja através de golpes
institucionais, como os de Honduras, Paraguai, além do Brasil.

Ponto positivo da conjuntura latino-americana diz
respeito ao processo de paz entre o Governo colombiano e
as FARC. Já o processo de abertura político-comercial de
Cuba precisa ser visto com cautela, pois além da necessidade
de se manter as conquistas sociais, é preciso acabar com
o criminoso bloqueio norte-americano à ilha. Em nosso
continente, o imperialismo se joga para reconquistar
posições perdidas como é mais notório na Venezuela, mas
na crise ele não controla completamente as consequências de
suas iniciativas. Os trabalhadores resistem, como na greve
geral Chilena em defesa da Previdência Pública e Solidária.

Diante da conjuntura mundial, onde as forças
políticas de esquerda ainda não conseguiram dar respostas
consistentes para os problemas advindos da crise do capital,
cabe aos movimentos social e sindical progressistas
organizarem amplas frentes de resistência capaz de
denunciar os abusos do capital e de criar consciência
crítica nas sociedades.

Mais do que nunca faz-se necessário a união dos(as)
trabalhadores(as) em torno de um projeto socialista que
rompa com a lógica capitalista da mais valia e da propriedade
privada. Surgem daí a importância das centrais de
trabalhadores(as) internacionais como a CSI (Confederação
Sindical Internacional) e CSA (Confederação Sindical das
Américas), alinhadas na luta contra o imperialismo e que
fazem a defesa da classe trabalhadora, contrapondo-se à
nefasta lógica do capital.

Urge a construção de novas vias de esquerda para
enfrentar o avanço descomunal do capitalismo em nossa
região e no mundo, o que deve ocorrer através da criação de
frentes partidárias e de fóruns sociais em âmbito nacionais e
mundial, aos quais a CNTE e seus sindicatos filiados devem
se inserir. Também é necessário fortalecer o protagonismo
contra-hegemônico nas esferas das entidades internacionais
de representatividade social e dos trabalhadores, a fim de

1. combater tanto o poder alienador da mídia defensora do
 2. status quo neoliberal, como a ditadura das nações e dos
 3. agentes capitalistas que exploram e oprimem mais de
 4. dois terços da população mundial. Os tratados comerciais
 5. draconianos que submetem a soberania das nações aos
 6. interesses do capital, também devem ser rechaçados pela
 7. resistência progressista, com destaque para o Tratado de
 8. Associação Transpacífico (TTP) e o Acordo sobre Comércio
 9. de Serviços (TISA).

10. Desde 2012, governos de 50 países, liderados por
 11. EUA e UE, tramam um amplo acordo sobre o Comércio
 12. de Serviços, o TISA (Trade in Services Agreement). O
 13. que verdadeiramente está em jogo nesse acordo é muito
 14. mais que comércio, muito mais que serviços. Esta em
 15. jogo o próprio conceito de democracia, a liberdade de
 16. um povo escolher como deve funcionar o Estado e suas
 17. prioridades em oferecer serviços básicos; de definir o
 18. modelo de desenvolvimento preferível em busca de um
 19. futuro melhor e mais sustentável. Hoje, já se notam claras
 20. limitações em se governar, mas para empresas e alguns
 21. governos, isso ainda é pouco. O TISA - juntamente com
 22. o Tratado Transpacífico (TTP), o Tratado Transatlântico
 23. (TTIP) e outros - estabelece um novo grau de hegemonia
 24. e sua consequente concentração de renda.

25. Hoje, porém, por vias muito mais sofisticadas do
 26. que nas décadas de 1950, 1960 e 1970, desde os primeiros
 27. testes em Honduras, Equador e Venezuela, passando pelo
 28. Paraguai, hoje eles impõem ao Brasil, o principal contrapeso
 29. na balança latino-americana, um golpe de novo tipo. Por um
 30. lado, financiam e incentivam movimentos de sublevação
 31. contra governos não alinhados. Por outra via, articulam a
 32. tríade Mídia-Judiciário-Parlamento para aplicar tais golpes
 33. institucionais. Esse, portanto, não é um processo isolado
 34. ao Brasil de 2016, mas uma política do império em crise
 35. para toda a América Latina.

36.
 37.
 38.
 39.

NACIONAL

A CNTE tem como princípio e tradição política a defesa de um Estado soberano, democrático, laico, indutor de processos de desenvolvimento econômico geradores de trabalho, emprego e renda e assegurador dos direitos humanos e sociais da população brasileira. Mesmo com os limites que a legislação apresenta em relação à dinâmica social, a Constituição Federal (CF) de 1988 é um parâmetro para a garantia desses direitos.

O processo de desmonte da CF na esteira do golpe contra a democracia e a classe trabalhadora praticado pelas elites brasileiras em aliança estratégica de aparelhos e instituições de Estado – como parte expressiva dos poderes legislativo e judiciário – com o setor privado – especialmente a mídia, porta voz do empresariado rentista nacional e internacional e dos partidos políticos conservadores e entreguistas – representa o mais profundo retrocesso nos direitos da classe trabalhadora brasileira superior, inclusive, aos ataques neoliberais dos anos 1990.

Além da espetacularização midiática, setores do judiciário e do Ministério Público (MP) empregam métodos de agências de espionagem para, seletivamente, condenarem – inclusive fora dos ritos processuais constitucionais – pessoas e setores da esquerda brasileira. O governo Dilma foi alvo desse ataque, assim como o ex-presidente Lula se mantém na alça de mira desses agentes, especialmente pelo corte social de suas gestões e por sua liderança nacional e internacional.

A Petrobras foi adotada como símbolo da corrupção pelos golpistas e seus aliados. Essa estratégia visa escamotear a verdadeira intenção do empresariado antinacionalista, da mídia golpista e dos partidos de orientação neoliberal em relação às riquezas nacionais. Basta lembrar que o governo FHC chegou a mudar o nome da empresa para Petrobrax para facilitar sua entrega ao capital internacional. A classe trabalhadora é favorável à apuração e responsabilização de todos quantos prejudicaram a empresa, mas tem consciência da entrega de riquezas minerais estratégicas do país a grupos

1. econômicos estrangeiros e transferência de royalties do
2. setor público para a iniciativa privada.

3. As ações do Governo ilegítimo, juntamente com o
4. poder legislativo e o judiciário, ampliam o fosso entre as
5. aspirações populares e as instituições, uma discrepância
6. que se aprofunda desde as jornadas 2013. As resoluções do
7. Congresso Nacional da CUT de 2012 já apontavam que a
8. saída para esse imbróglcio estava (e ainda está) voltada para
9. as reformas populares necessárias.

10. O combate à corrupção é estratégico para a classe
11. trabalhadora porque a apropriação do Estado por pessoas
12. e organizações representa falta de recursos para políticas
13. públicas transversais. Registre-se que a corrupção ocorre
14. no Brasil, historicamente, pela adoção de políticas fiscais
15. voltadas para os interesses do grande empresariado, pela
16. sonegação de impostos, pelo financiamento empresarial
17. de campanhas eleitorais, pela não taxação de grandes
18. fortunas, pelas políticas relacionadas à dívida pública e
19. ao superávit primário e outras. Por isso, deve-se destacar
20. que o movimento social brasileiro influenciou a adoção de
21. políticas de combate à corrupção como o aparelhamento da
22. Polícia Federal e garantia de sua autonomia, o fortalecimento
23. do Ministério Público, a proliferação de conselhos com
24. representação da sociedade civil e a aprovação de leis contra
25. os crimes de “colarinho branco”. Entretanto, a politização
26. do judiciário, o silêncio da mídia sobre operações que
27. abrangem seus interesses, como a Zelotes, os interesses de
28. classe do empresariado, a (de)formação da opinião pública
29. pelos meios de comunicação criaram um falso senso comum
30. de que os governos Lula e Dilma inventaram a corrupção
31. no Brasil.

32. Uma das razões que distanciou o governo da base
33. social e que garantiu a vitória em 2014 deste mesmo
34. governo, foi a Mudança na condução da política econômica
35. e na rendição programática e ideológica ao cerco que a
36. direita fazia na defesa do “ajuste fiscal” e da “austeridade
37. dos gastos públicos”. Estava aberto o caminho para a traição
38. e o golpismo do PMDB, consolidando o golpe político-
39. institucional-midiático que depôs a Presidenta Dilma sem

a comprovação de crime de responsabilidade.

Embora as elites econômicas sejam as protagonistas do golpe – e não por outra razão a agenda pós-golpe se concentra no desmonte da Constituição e da Consolidação da Leis do Trabalho/CLT –, observa-se uma disputa oportunista pela hegemonia do Poder no país, tendo o combate à corrupção como pano de fundo.

De um lado, o judiciário e o Ministério Público investem na “opinião publicada” para institucionalizar medidas pretensamente anticorrupção que caminham para uma verdadeira Ditadura Judicial.

De outro lado, estão os agentes políticos do golpe, figuras historicamente envolvidas em escândalos de corrupção que se utilizaram do processo de impeachment para se (re)apropriarem das riquezas estatais e para “estancar a sangria” da operação lava-jato, tal como se referiu o então ministro do Planejamento e posterior líder do governo golpista no Congresso, senador Romero Jucá, numa das escutas telefônicas em que foi flagrado tramando a deposição da presidenta eleita democraticamente por mais de 54,5 milhões de votos.

Não obstante a crise institucional envolvendo os dois polos em evidência, há inúmeras agendas que os aproximam, sobretudo no que diz respeito à supressão de direitos sociais e trabalhistas, conforme visto em decisões do STF que (i) mitigou o direito de greve dos servidores públicos, (ii) impediu a desaposentação, e (iii) autorizou as OSs a prestarem serviços essenciais à população em substituição ao Estado e aos servidores de carreira.

Na esfera do Executivo federal, ainda que se questione a continuidade da gestão Temer, em função da incapacidade do governo golpista em alavancar a economia e em estabilizar a política e as relações institucionais – além dos sucessivos casos de corrupção e tráfico de influência, as delações da Odebrecht envolvendo ministros e o próprio Presidente e parte expressiva da base do governo no Congresso, por receberem propinas e contribuições ilegais para campanhas –, fato é que a pauta golpista mantém seu curso no Executivo e no Congresso sustentada no seguinte tripé:

1. 1) Ajuste fiscal em benefício de rentistas da dívida:
 2. Com o Golpe se aprofundam os reflexos das medidas e ajuste
 3. fiscal iniciadas no Governo Dilma para realizar superávit
 4. e garantir o pagamento da dívida pública. Os cortes nos
 5. orçamentos, combinados com desonerações para as indústrias
 6. desde 2015, têm levado estados e municípios ao esgotamento.
 7. A renegociação das dívidas de estados e municípios contida
 8. no PLP 257, apresentado ainda no Governo Dilma, com
 9. contrapartidas que atacam direitos dos trabalhadores,
 10. combinada com a PEC 55 (parida após o Golpe) têm sido
 11. utilizadas por vários governos para achacar os servidores
 12. públicos. A PEC 241/2016, aprovada na Câmara dos Deputados
 13. e que se transformou em PEC 55/2016, no Senado, visa
 14. congelar os investimentos públicos por inacreditáveis 20 anos
 15. (5 mandatos presidenciais), afetando os custeios de programas
 16. sociais e de inúmeras políticas públicas.

17. Em consonância com a “PEC da Morte”, o PLP
 18. 257/16 impõe forte ajuste fiscal aos estados e municípios
 19. de capitais que renegociarem suas dívidas com a União,
 20. os quais estarão sujeitos a congelar as folhas salariais
 21. por período que poderá chegar a 10 anos, a não realizar
 22. concursos públicos, a aumentar a contribuição previdenciária
 23. dos servidores ativos e a rever isenções de aposentados, além
 24. de restringirem os investimentos sociais.

25. 2) Entrega do patrimônio, das riquezas naturais e
 26. supressão de direitos sociais e trabalhistas: a pauta privatista
 27. e entreguista possui projetos de autoria de ministros do
 28. governo golpista, a exemplo da Lei 13.365/16, proposta pelo
 29. senador José Serra, atual ministro de Relações Exteriores,
 30. a qual retirou a exclusividade da Petrobras para atuar na
 31. exploração do Pré-Sal, afetando diretamente os recursos
 32. da educação e da saúde; e o PL 6.726/13, do deputado
 33. Mendonça Filho, atual ministro da Educação, que pretende
 34. alterar o marco regulatório do Pré-Sal (Lei 12.351) a fim de
 35. retomar o regime de concessão que compromete os recursos
 36. da educação e de outras políticas.

37. Já a desregulamentação dos direitos sociais e
 38. trabalhistas, para além da PEC 241/16 e do PLP 257/16, se
 39. expressa na intenção do governo em limitar o ganho real do

salário mínimo e das aposentadorias e pensões; em aumentar
 a jornada de trabalho para 12 horas semanais; em efetivar a
 terceirização nas atividades fins das empresas (PL 4.330/04);
 em apoiar a diminuição da idade para ingresso no mundo do
 trabalho para 14 anos (PEC 18/2011) e a maioria penal
 para 16 anos (PEC 171/93). Além disso, o governo golpista
 pretende reformar a Previdência para aumentar a idade e
 o tempo de contribuição dos/as trabalhadores/as públicos
 e privados, sem distinção de gênero, congelar os valores
 das aposentadorias e pensões e acabar com a aposentadoria
 especial do magistério.

3) Repressão aos movimentos sociais e ataque às
 liberdades individuais e à diversidade: no campo institucional
 o golpe se vale de medidas fascistas policialescas para atacar
 movimentos sociais que defendem a democracia e são
 contrários à supressão de direitos.

Diante da confluência de pautas entre os agentes
 golpistas e sua “base social”, vislumbra-se para o próximo
 período, em se mantendo o golpe no país, o recrudescimento
 do fascismo e a violência contra sindicatos e movimentos
 sociais diversos, sobretudo o MST e o MTST. E a repressão
 policial no ato em Brasília contra a aprovação da PEC
 55, a invasão policial na Escola Florestan Fernandes e
 as ilegalidades de agentes públicos combinadas com as
 intimidações de grupelhos fascistas às ocupações estudantis
 revelam o que pode vir pela frente.

Importante registrar que os movimentos reacionários
 que sustentam o golpe são os mesmos que iniciaram os atos
 de 2013 contra a Presidenta Dilma, com amplo apoio da
 mídia, e que agora se revelam financiados por empresários
 conservadores e partidos políticos de direita com vistas a
 apoiarem as campanhas eleitorais de 2018.

Nesse sentido, a agenda da CNTE para o próximo
 período deve manter a resistência contra o governo golpista,
 bem como impedir que um novo golpe seja orquestrado
 através de eleições indiretas, caso Temer seja cassado a partir
 de 2017. A escolha presidencial indireta, embora prevista na
 Constituição, constituirá um novo golpe dentro do golpe,
 amparado no mesmo formalismo jurídico que impediu o

1. mandato de Dilma Rousseff. Para tanto, é fundamental
 2. lutarmos por eleições diretas com o compromisso de
 3. eleger projetos democráticos e populares pautados no
 4. desenvolvimento com inclusão social, priorizando a
 5. aliança da classe trabalhadora com setores progressistas
 6. da sociedade, especialmente a Frente Brasil Popular, a itados
 7. à inflação. É o sequestro e a capitulação da democracia
 8. pelos interesses rentistas. Em consonância com a “PEC
 9. da Morte”, o PLP Frente Povo sem Medo, os movimentos
 10. temáticos (cultura, mulheres, antirracismo, LGBT, direitos
 11. humanos e outros) e a juventude que tem promovido
 12. importante resistência à agenda golpista neoliberal ocupando
 13. escolas, institutos federais e universidades públicas. E a
 14. democratização da mídia continua sendo imprescindível na
 15. luta contra o golpe, assim como o resgate da democracia e
 16. dos direitos deve ser o norte para as ações futuras de todo
 17. o campo progressista brasileiro.

18. Nesse sentido, devemos cerrar fileiras entre
 19. a classe trabalhadora, onde o movimento sindical e o
 20. movimento social tem que estar unidos contra a volúpia
 21. do grande capital em defesa da democracia, da retomada
 22. do crescimento econômico, contra o estado de exceção,
 23. em defesa dos direitos do povo, dos interesses do Brasil,
 24. contra as antirreformas neoliberais, Fora Temer! Diretas Já!

26. **POLÍTICA SINDICAL**

29. Vivemos um período no qual a democracia brasileira
 30. vem sendo insistentemente atacada. Com a imposição do
 31. governo golpista de Michel Temer, já está claro que as forças
 32. conservadoras trouxeram a agenda neoliberal de volta ao
 33. país, de forma ágil e radical, como forma de se contrapor
 34. aos avanços sociais e trabalhistas obtidos nas gestões Lula e
 35. Dilma. Estabelece um cenário de retrocessos com as ações
 36. de medidas de um governo sem votos, evoluído em graves
 37. denúncias de corrupção, contra os direitos da população.

38. Desde a eclosão da crise em 2008, o mundo vive
 39. intenso retrocesso social com impactos negativos no

emprego, na renda e nos direitos da classe trabalhadora.
 Segundo a OIT, o ano de 2016 fechará com mais 200
 milhões de desempregados no mundo, número que tende
 a aumentar nos próximos anos em razão das políticas
 neoliberais que concentram renda, precarizam as relações
 de trabalho e não geram emprego.

É notório observar que o avanço conservador não
 se dá apenas no Brasil. A eleição de Donald Trump, nos
 Estados Unidos, de Macri na Argentina, a tentativa de
 desestabilização política na Venezuela e o fortalecimento de
 grupos de extrema-direita na Europa são uma consequência
 da crise econômica que assola o mundo desde 2008, com
 resultados benéficos para os que vivem do rentismo, em
 detrimento dos empregos e das conquistas sociais da classe
 trabalhadora de todo o planeta.

No Brasil, o desemprego triplicou entre 2014 e
 2016, saltando de 4,3% da população economicamente
 ativa para mais 12%. E parte significativa dessa tragédia
 social se deve às conspirações políticas contra o governo
 legítimo de Dilma Rousseff – deposto em 2016 – e às ações
 inconsequentes de operações policiais e judiciais tidas como
 de combate à corrupção, que não preservaram o caráter
 social das empresas envolvidas em supostos ou mesmo
 em comprovados esquemas de corrupção.

Outro agravante que tende a piorar o cenário do
 emprego no Brasil é a política entreguista do governo
 golpista, voltada para a privatização da Petrobras, de bancos
 e empresas públicas e para o desmanche da política de
 conteúdo nacional na cadeia produtiva do Pré-Sal. O país
 tem optado equivocadamente por terceirizar empregos
 para o exterior, no caso da construção de plataformas
 de petróleo, e em cortar empregos públicos para atender
 exigências de acionistas de bancos e empresas públicas em
 bolsas de valores.

A agenda do golpe no país tende a agravar não só o
 desemprego e a renda do trabalho, mas também os direitos
 e as relações de trabalho. A reforma trabalhista que está
 sendo gestada nos gabinetes dos golpistas visa aumentar a
 carga de trabalho de 8h para 12h diárias, retirar benefícios

1. como 13º salário, 1/3 de férias e abonos salariais, estabelecer
 2. novas formas de contratação com vínculos temporários e/ou
 3. intermitentes – não obrigando o empregador a cumprir certas
 4. exigências do contrato permanente de trabalho –, além de
 5. sobrepor o que for negociado entre patrões e empregados
 6. sobre o legislado.

7. Na esfera pública, a PEC do ajuste fiscal – aprovada
 8. pelo Congresso – e o PLP 257 (PLC 54/16, no Senado)
 9. visam achatar remunerações e suprimir direitos dos
 10. servidores públicos, inclusive de ordem previdenciária.
 11. A reforma da previdência do governo ilegítimo de Temer,
 12. apresentada na forma da PEC 287/2016, eleva para 65 anos,
 13. sem distinção entre homens e mulheres, a idade mínima
 14. para aposentadoria conjugada com período de contribuição
 15. de até 49 anos para se ter direito a proventos integrais
 16. estabelecidos pelo INSS. A aposentadoria do magistério é
 17. extinta para os atuais professores com menos de 50 anos de
 18. idade e professoras abaixo de 45 anos, assim como para os
 19. futuros ingressos nas carreiras de magistério da educação
 20. básica pública ou privada.

21. Diante desse cenário caótico que compreende as
 22. medidas do golpe para a classe trabalhadora, a CNTE
 23. reforça seu compromisso com a liberdade e a autonomia
 24. sindical e com a unidade da classe trabalhadora, ao lado
 25. da CUT e de outras centrais sindicais progressistas, a fim
 26. de esclarecer e organizar a base dos/as trabalhadores/as
 27. em educação e as demais categoriais profissionais contra
 28. os retrocessos impostos pelas forças conservadoras que
 29. tomaram de assalto o poder no Brasil.

30. Em seu campo específico de atuação sindical, a
 31. CNTE se mantém plural, democrática, independente e
 32. coesa na luta em defesa da educação pública, gratuita,
 33. democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada,
 34. para todos e todas, e pela valorização de seus profissionais.
 35. A unidade plural das representações políticas que integram
 36. a CNTE por meio de seus sindicatos filiados tem sido
 37. decisiva para a construção de pautas que buscam cada vez
 38. mais unificar a luta dos/as trabalhadores/as em educação
 39. no país. E a cobrança do cumprimento da Lei 11.738,

assim como a elaboração democrática de anteprojetos para
 regulamentar o piso salarial e as diretrizes nacionais para
 os planos de carreira de todos os profissionais da educação,
 se mostraram importantes bandeiras de lutas.

Ao mesmo tempo em que o golpe impõe enorme
 retrocesso à luta pela valorização da educação pública e de
 seus trabalhadores/as – pois coloca em risco os avanços em
 relação ao financiamento da educação através do Fundeb,
 o reconhecimento profissional e social dos Funcionários
 da Educação, mediante o Profucionário, e a valorização
 do magistério por meio do piso e das políticas de formação
 profissional, além das metas aprovadas nos planos nacional,
 estaduais, distrital e municipais de educação –, ele exige
 resposta que somente a resistência ampla e comprometida
 com os ideais de democracia, igualdade e compromisso
 com a escola pública podem dar. E a CNTE está engajada
 nessa luta, mesmo antes da deposição ilegítima da presidenta
 Dilma Rousseff.

Junto com a CUT e outras centrais sindicais
 empenhadas em combater o golpe político-institucional,
 a CNTE e suas afiliadas têm participado ativamente de
 mobilizações em todo Brasil para reafirmar a pauta em
 defesa da democracia e da garantia dos direitos sociais e
 trabalhistas – Nenhum Direito a Menos! E é imprescindível
 que a união da classe trabalhadora com os movimentos
 sociais se intensifique para derrotar os retrocessos que
 estão sendo impostos pelos golpistas em diversas áreas,
 em especial nos direitos trabalhistas.

Nos estados e municípios, além das recorrentes
 retaliações de governos antidemocráticos que se apropriam
 indevidamente das contribuições sindicais dos sócios das
 afiliadas à CNTE – expediente que ganhou força com
 a crise econômica –, os sindicatos e seus dirigentes têm
 enfrentado recorrentes ataques fascistas advindos de grupos
 de ultradireita, que pregam a total intolerância à organização
 da classe trabalhadora, contando com o apoio explícito de
 órgãos de Estado que deveriam primar pelo respeito às
 garantias constitucionais.

É preciso fazer frente ao poder midiático dos

1. monopólios da comunicação. Este é segundo desafio, que
 2. implica em unificar as políticas de comunicação do conjunto
 3. dos movimentos sociais fortalecendo a mídia alternativa
 4. em todas as suas expressões. Contra a cultura do ódio
 5. precisamos propagar a defesa de uma sociedade humana,
 6. igualitária, feminista, antirracista, capaz de dialogar e respeitar a
 7. diversidade. Contra a judicialização da democracia é necessário
 8. defender o Estado Democrático de Direito.

9. Também há tempos que a mídia monopolista e
 10. golpista age como partido de oposição em defesa de
 11. pautas conservadoras e aniquiladoras de direitos sociais
 12. e trabalhistas, porém a sociedade e grande parte da
 13. classe trabalhadora ainda não assimilaram o papel que
 14. os meios de comunicação exercem em defesa das classes
 15. dominantes, voltando-se, muitas vezes, os/as companheiros/
 16. as trabalhadores/as, contra as lutas sindicais que divergem
 17. da opinião midiática.

18. Neste sentido, o trabalho de formação sindical,
 19. inclusive para romper a opinião tendenciosa publicada nos
 20. meios de comunicação, deve pautar estratégias de ação no
 21. sentido de se apropriar de novos canais de comunicação
 22. com a base, a fim de esclarecê-la e de melhor organizar a
 23. luta das categorias profissionais. E, no campo da educação,
 24. tendo em vista o papel estratégico do educador na formação
 25. de opinião de sua comunidade, bem como a capilaridade das
 26. entidades filiadas à CNTE, com representações nos rincões
 27. do país, é imperioso que a CNTE invista na obtenção de
 28. sinal cooperativo de telecomunicação (TV, rádio e internet)
 29. capaz de transmitir para todo país conteúdos próprios com
 30. pontos de vistas da categoria. Precisamos, portanto, buscar
 31. novas formas de contrapor as emissoras de televisão e os
 32. grandes sites de notícias, que investem na desinformação,
 33. na alienação e no desvirtuamento da concepção de classe
 34. de nossa sociedade, em especial da classe trabalhadora.

35. O projeto de desenvolvimento outrora debatido não
 36. faz parte da pauta de prioridades hoje colocada. Da mesma
 37. forma, os retrocessos causados pela desindustrialização
 38. não serão encarados de frente pelo governo golpista e seus
 39. apoiadores. Sem esse debate, continuará sobre os ombros

da classe trabalhadora a responsabilidade de pagar a conta
 por uma crise que ela não criou.

Diante desse cenário, devemos manter a resistência
 do movimento sindical perante as dificuldades que surgirão
 a curto prazo, atuando no interior do Fórum das Centrais,
 da Frente Brasil Popular e da Frente Povo sem Medo.

Reafirmamos a luta pela democracia, a defesa da
 soberania nacional e continuaremos a adotar o grito de
 “Fora Temer”, e levantar a bandeira das Diretas Já. Mas cabe
 propor uma estratégia de resistência mais ampla, buscando
 a unidade de ação com outras forças políticas, em nome da
 retomada do crescimento, da criação de novos empregos
 e do projeto de desenvolvimento necessário para o Brasil.

POLÍTICA EDUCACIONAL

O golpe no Brasil impõe graves retrocessos ao
 regime democrático e às políticas sociais, em especial à
 educação, uma vez que é regido por concepções privatistas
 e por uma agenda conservadora, autoritária, restritiva
 de direitos e de negação das diversidades, que tende a
 aprofundar preconceitos etnicorraciais, de classe, de gênero,
 de orientação sexual. O debate sobre os principais desafios
 educacionais exige inserir a atual realidade educacional
 brasileira e o crescimento das diferentes formas de
 privatização no contexto de restauração conservadora
 em âmbito mundial. O que resulta em grandes ameaças
 na América Latina aos profissionais e aos sindicatos e
 movimentos sociais, de criminalização desses movimentos e
 com uma ameaça direta às carreiras profissionais, incluindo
 a docente. Em síntese, a agenda golpista do MEC contrapõe
 a luta da CNTE e de segmentos progressistas da sociedade
 em defesa da educação pública, gratuita, democrática, laica
 e de qualidade socialmente referenciada.

A reflexão aponta que a principal linha de ação de
 todas as políticas para a educação que estão sendo apreciadas
 atualmente, vão no sentido da privatização da educação

1. pública. O TISA, a Lei da Mordaza, a Proposta de Emenda à
 2. Constituição (PEC) 241-55, o Projeto de Lei 4.597 (Pré- sal)
 3. e a Medida Provisória 746 (Ensino Médio) representam,
 4. de uma forma ou de outra, ataques do governo golpista à
 5. educação pública, gratuita e de qualidade.

6. Na visão dos golpistas, a gratuidade pública da
 7. oferta escolar é transferida do campo estatal para o
 8. particular, devendo os empresários e as Organizações
 9. Sociais (OSs) se apropriarem dos recursos públicos para
 10. ofertarem “gratuitamente” o “serviço educacional”. A
 11. gestão democrática é surrupiada pela gestão empresarial
 12. ou pela militarização das escolas públicas. A laicidade e o
 13. pluralismo de ideais dão lugar a projetos de Lei da Mordaza
 14. (Escola sem Partido), que pretendem perseguir profissionais
 15. da educação e impor a ditadura do pensamento único nas
 16. escolas – a ideologia dominante das elites. A qualidade
 17. social é desprezada pelo reducionismo curricular, pelo
 18. economicismo orçamentário e pelo retorno da “qualidade
 19. total” das empresas na educação, a qual privilegia o
 20. desempenho de competências e habilidades dos estudantes
 21. voltados ao “mercado de trabalho”, em detrimento da
 22. aprendizagem emancipadora e libertadora para a vida e
 23. ao longo da vida. A meritocracia pauta os currículos e as
 24. políticas de valorização dos profissionais da educação.

25. Para coordenar este processo de precarização do
 26. ensino, Temer indicou Mendonça Filho para o Ministério
 27. da Educação, um dos líderes do Partido dos Democratas
 28. (DEM). Essa é uma evidente demonstração do retrocesso
 29. que a política educacional brasileira terá no próximo
 30. período. O DEM, partido do qual Mendonça Filho é um
 31. dos expoentes, sempre votou contra os direitos trabalhistas
 32. e sociais. Ingressou no Supremo Tribunal Federal contra as
 33. cotas e contra a titulação das terras quilombolas e indígenas.
 34. O DEM tem em seu DNA uma contrariedade às políticas
 35. sociais e às reivindicações populares. Mendonça Filho,
 36. quando governador de Pernambuco, implantou algumas
 37. escolas de tempo integral em parceria com o empresariado.
 38. Como deputado federal, votou a favor das terceirizações,
 39. a favor da redução da maioria penal e, ainda, a favor

do financiamento empresarial das campanhas eleitorais.

Esse projeto retrógrado e extemporâneo está em curso no país desde a deposição ilegítima da Presidenta Dilma e deverá se aprofundar por meio de medidas nas esferas do executivo e do parlamento, essas últimas aprovadas a “toque de caixa” pelo Congresso, a exemplo da reforma do ensino média proposta pelo governo golpista na forma de Medida Provisória (MP) nº 746. É papel do movimento sindical denunciar e resistir aos ataques à educação pública, atuando junto aos poderes constituídos e mobilizando a categoria e a sociedade contra todas as políticas que ferem o projeto eleito nas urnas em 2014.

O neoliberalismo que retorna à pauta do governo brasileiro pelos agentes do golpe impõe o aprofundamento da privatização e da mercantilização da educação no Brasil. Em 2014, as despesas correntes e os investimentos educacionais somaram 6,2% do PIB, sendo, portanto, um “mercado” bastante promissor para os investidores nacionais e internacionais. E para conduzir esse projeto entreguista foi nomeado Ministro da Educação o deputado Mendonça Filho (DEM-PE) – indicação das mantenedoras privadas de ensino superior de capital nacional e estrangeiro –, sendo auxiliado pela Sra. Maria Helena Guimarães de Castro, formuladora e implementadora das reformas neoliberais na educação na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O objetivo do mercado, com o aval do governo, consiste em ampliar as matrículas diretas na educação superior – sendo que 75% já são de domínio privado – e avançar na oferta escolar de nível básico (da creche ao ensino médio, incluindo a formação técnica profissional). E a estratégia privatista se concentrará no sucateamento das universidades públicas – restringindo verbas para custeio e congelando ou reduzindo matrículas –, a fim de potencializar a oferta privada, e, no caso da educação básica, transferindo recursos de fundos públicos (Fundeb, FNDE e outros), seja por meio de contratos públicos com as OSs, seja através de vouchers para as escolas privadas.

O caminho para o desmonte da oferta educacional

1. pública no país está sendo pavimentado com a aprovação da
 2. PEC 241 (nº 55/16, no Senado) e do PLP 257 (PLC 54, no
 3. Senado). A primeira suspende as vinculações constitucionais
 4. do art. 212 (e art. 198 da saúde), afetando as receitas
 5. educacionais da União, Estados, DF e Municípios. A partir
 6. de 2018, os orçamentos da educação serão definidos com
 7. base nas despesas de cada ente federado realizadas em 2017,
 8. aplicando-se um percentual não superior à inflação deste
 9. mesmo ano, podendo, contudo, o reajuste orçamentário ficar
 10. abaixo do teto da inflação, a depender do desempenho das
 11. receitas públicas. Aliás, sobre as receitas, nenhum projeto
 12. prevê sua recomposição, sobretudo através de reforma
 13. tributária pautada na regulamentação do Imposto sobre
 14. Grandes Fortunas, na revisão de alíquotas de impostos
 15. patrimoniais, na punição aos sonegadores com confisco
 16. de bens e na extinção das isenções fiscais que corroem as
 17. receitas do Estado. Sem falar que o orçamento da União
 18. continua reservando mais da metade de seus recursos para
 19. pagamento da dívida, tendência que se agravará com as
 20. medidas de ajuste fiscal válidas para os próximos 20 anos.

21. Para se ter ideia do prejuízo imposto pela “PEC da
 22. Morte”, caso a mesma tivesse sido implementada entre 2007
 23. e 2014, somente o Ministério da Educação teria deixado
 24. de investir quase a metade de seu orçamento efetivo. Mais
 25. de R\$ 340 bilhões teriam deixado de ser empregados na
 26. construção de novas Universidades e Institutos Federais de
 27. Educação, no programa de Reestruturação e Expansão das
 28. Universidades Federais - Reuni, além de outras políticas de
 29. acesso e permanência dos jovens na educação e no ensino
 30. superior.

31. Já o projeto de renegociação da dívida pública de
 32. estados e municípios de capitais (PLP 257/16 - PLC 54/16)
 33. impõe limitação às remunerações e aos planos de carreira
 34. dos servidores públicos, aumenta alíquotas previdenciárias,
 35. impede novos concursos, limita o custeio e os investimentos
 36. em políticas sociais, entre outras questões.

37. O PL 4.567 versa sobre a retirada da obrigatoriedade
 38. de atuação da Petrobras como operadora única de todos os
 39. blocos contratados pelo regime de partilha de produção em

áreas do pré-sal — o que, na prática, significa a privatização
 dessa riqueza nacional —, a matéria destrói a conquista
 da destinação dos royalties do petróleo para políticas
 educacionais e inviabiliza o cumprimento das metas do
 Plano Nacional de Educação (PNE).

A diminuição drástica dos recursos públicos para
 a educação pública indica a intenção do governo golpista
 em privatizar o próprio Plano Nacional de Educação,
 uma conquista da sociedade, mesmo com limitações. As
 possibilidades de terceirização do trabalho profissional
 e das gestões escolares e dos sistemas de ensino através
 de OSs – que conta com amparo judicial na decisão
 do STF sobre a constitucionalidade do art. 1º da Lei
 9.637/98, que regulamenta as áreas de atuação das OSs –
 e os acordos bilaterais com diversos países permitindo a
 comercialização da educação nos tratados internacionais,
 com destaque para o TISA (Tratado Transatlântico), denota
 a estratégia do MEC em se amparar num instrumento
 legal (PNE) para fazer avançar a passos largos o projeto
 mercantilprivatista na educação brasileira. E essa agenda
 sepulta as metas e estratégias reivindicadas pela sociedade
 para regulamentação do Sistema Nacional de Educação,
 do Custo Aluno Qualidade (CAQi e CAQ), do Piso e das
 Diretrizes Nacionais de Carreira para os profissionais da
 educação.

Também para os profissionais da educação, o golpe
 suprime direitos e aponta para uma perspectiva inversa das
 metas do PNE sobre a valorização profissional (metas 15
 a 18 da Lei 13.005). Todas as medidas anunciadas pela
 gestão golpista do MEC investem na desqualificação e
 precarização do trabalho dos/as profissionais da educação.

Por meio da reforma do ensino médio, altera-se
 o art. 61 da LDB para incluir no rol dos profissionais da
 educação pessoas com notório saber – a serem credenciadas
 sem concurso público – para ministrar aulas em cursos
 técnico-profissionais, além de profissionais formados em
 áreas distintas do magistério, desde que complementem
 a formação pedagógica em cursos aligeirados, para

1. ministraram aulas em todas as etapas e modalidades da
 2. educação básica. Ou seja: o objetivo é desprofissionalizar o
 3. magistério. Ao autorizar que qualquer pessoa com “notório
 4. saber” possa lecionar, independentemente de sua formação,
 5. a proposta prejudica a qualidade do ensino, acaba com as
 6. licenciaturas e enfraquece a própria profissão de professor.
 7. Essa precarização interessa diretamente ao setor privado,
 8. que poderá elevar suas mensalidades sem que para isso tenha
 9. efetivamente de assegurar que os trabalhadores tenham
 10. todos os seus direitos assistidos. Trata-se, portanto, de uma
 11. reforma que acentua a exclusão, rebaixa formação e ainda
 12. facilita a privatização da escola pública,

13. Para os funcionários da educação, o programa de
 14. profissionalização do MEC, Profuncionário, concebido
 15. com a participação da CNTE na gestão do presidente Lula,
 16. tende a perder espaço para as políticas de terceirização
 17. e privatização, que inclui o magistério. Não por outro
 18. motivo, o Decreto 8.752, que instituiu a Política Nacional
 19. de Formação dos Profissionais da Educação, não foi
 20. regulamentado pelo MEC e corre risco de ser revogado.

21. Os contratos de trabalho dos servidores públicos da
 22. educação são afetados pelas medidas do ajuste fiscal, com
 23. grave repercussão nas carreiras e no sistema previdenciário.
 24. Além das limitações remuneratórias e de aumento da
 25. alíquota previdenciária impostas pelo PLP 257 (PLC 54/16),
 26. a reforma da previdência acaba com a aposentadoria especial
 27. do magistério para os atuais servidores com idade abaixo
 28. do limite de corte (50 anos homens e 45 anos mulheres)
 29. e para os futuros ingressos nas redes de ensino, e impõe
 30. pedágio para os atuais servidores acima da linha de corte
 31. poderem se aposentar. O concurso público, independente
 32. do ajuste fiscal, tende a ser substituído pelos contratos
 33. com OSs, impactando a qualidade da educação, os direitos
 34. trabalhistas e a própria organização sindical.

35. Como pauta de resistência ao golpe, a CNTE e
 36. seus sindicatos filiados devem manter com energia a luta
 37. pelo cumprimento do piso nacional do magistério e pela
 38. regulamentação da meta 18 do PNE, que prevê regulamentar
 39. o piso e a carreira para todos os profissionais da educação.

Desde a aprovação da Lei 11.738 (PSPN), inúmeros
 gestores não cumprem a Lei do Piso ou investem em
 medidas contraproducentes que vinculam os salários de
 professores/as ao “ranking” do IDEB. E essa política
 “meritocrática” carrega consigo a inconsistência de tentar
 medir situações distintas e imensuráveis, dado que o nível
 social dos estudantes, as condições de acolhimento escolar
 e de trabalho dos profissionais e os métodos de gestão dos
 sistemas e das escolas públicas – variáveis que interferem
 no rendimento escolar – não permitem adotar fórmulas
 homogêneas para remunerar distintamente os educadores.

Além de inconsistente, a política salarial meritocrática
 é injusta, pois desconsidera que o Brasil ainda detém
 um dos piores salários pagos ao magistério de todo o
 mundo. Pesquisa da OCDE, em 2014 (Education at a
 Glance) mostrou que o Brasil possui o penúltimo salário em
 comparação a 38 países. Enquanto a remuneração média no
 país foi de \$ 10.375 dólares/ano, a média da OCDE foi de \$
 29.411 dólares/ano (quase o triplo!). O estudo ainda apontou
 que o Brasil tem a maior relação de estudantes por sala de
 aula (29 na média) e a maior jornada efetiva de trabalho
 de professores em sala de aula (19 horas semanais, em
 média), denunciando a sobrecarga exploratória de trabalho
 do magistério que interfere na saúde dos profissionais e na
 qualidade da educação.

A gestão democrática na educação tem sido
 sistematicamente atacada pelos golpistas do MEC, sobretudo
 através da tentativa de isolar a atuação do Fórum Nacional
 de Educação (FNE), importante conquista da sociedade,
 instituído pela Lei Federal 13.005 (PNE). Embora a 3ª
 Conferência Nacional de Educação (Conae) tenha sido
 lançada pelo MEC, o governo trabalha no sentido de limitar
 o financiamento e de inviabilizar a participação de diversos
 setores, o que requererá esforço extra das entidades que
 integram o FNE para realizar as conferências preparatórias
 nos estados e municípios e para viabilizar a presença de
 todos/as na Conae.

Para enfrentá-los defendemos a luta pelos espaços
 democráticos de discussão e representatividade, como

1. a Conferência Nacional de Educação (Conae), o Fórum
2. Nacional de Educação e os fóruns estaduais e municipais,
3. e avançar na unidade das entidades representativas da
4. Educação reunidas no Comitê Nacional de Luta em
5. Defesa da Educação Pública que deverão promover ações
6. envolvendo a sociedade na defesa de uma educação de
7. qualidade.

8. Outro forte ataque à concepção democrática da
9. escola pública tem ocorrido por meio da tentativa de
10. amordaçar os profissionais da educação e de restringir o
11. debate escolar. Tanto no Congresso como em outras Casas
12. Legislativas tramitam projetos de lei ultraconservadores
13. que visam criminalizar a discussão de temas políticos ou
14. de assuntos controversos nas escolas, sem o consentimento
15. dos pais dos estudantes. E essa medida fascista atenta
16. contra a laicidade, a democracia, a liberdade de cátedra
17. dos educadores, o pluralismo de ideias e de concepções
18. pedagógicas e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar
19. e divulgar o pensamento, a arte e o saber nas escolas, todos
20. princípios garantidos na Constituição Federal. A Lei da
21. Mordaza já foi aprovada no estado de Alagoas e a CNTE
22. ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade no
23. STF pedindo sua anulação.

24. Por outro lado, a militarização de escolas públicas
25. – prática que se alastra no país com o pretenso objetivo de
26. combater a violência escolar – compromete o caráter plural
27. e democrático da educação e possui ao menos duas graves
28. incongruências. A primeira consiste em substituir o papel
29. dos profissionais da educação - com formação e habilitação
30. próprias para atuar nas escolas - por militares sem aptidão
31. para a função de educar numa instituição pública regular de
32. ensino. A segunda é de caráter administrativo-orçamentário,
33. pois os militares deslocados para a gestão das escolas estarão
34. em desvio de função e, pior, contribuirão para onerar o
35. erário público na medida em que passarem a ser duplamente
36. remunerados pelo poder público.

37. Este discurso da necessidade de “parceria” com a
38. iniciativa privada esteve e está presente em todo o debate que
39. acontece com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular),

desde o seu lançamento em 2015 pelo MEC. A proposta da
BNCC foi elaborada por um grupo de especialistas chamados
pelo MEC que dialogava com CONSED, UNDIME e ONGs
da iniciativa privada. Organizou-se o Movimento pela Base
Nacional Comum, no qual as entidades representativas dos
trabalhadores em educação não foram ouvidas ou consultadas
sobre a proposta da BNCC. A CNTE fez um debate no CNE
e produziu nota pública mostrando os limites da proposta da
BNCC e denunciando o método do MEC que desconsiderou
os profissionais da Educação Básica.

Em relação ao Ensino Médio, algumas políticas
nacionais foram postas em prática visando aumentar a oferta
e a permanência dos jovens neste nível, como a expansão
da Rede Federal de Educação que implantou uma política
de educação profissional em nível médio técnico e que
atualmente conta com mais de 200 unidades. Entretanto,
seu enfoque foi excessivo no mercado de trabalho, como no
caso do Programa Nacional de Acesso aos cursos Técnicos
– PRONATEC. Sua oferta é feita pelos Institutos Federais,
mas, também pelo “Sistema S” e por outras instituições
privadas, que muito se beneficiam com repasses de recursos
públicos.

O autoritarismo da gestão golpista do MEC se expressa
em inúmeras medidas. Porém é preciso registrar a revogação
do decreto da presidenta Dilma que deu posse a novos
conselheiros do Conselho Nacional de Educação, inclusive
a representantes indicados pela CNTE, privilegiando setores
privados; bem como a revogação da Portaria que instalou o
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, sob a
ótica da avaliação sistêmica do processo escolar, envolvendo
gestores, instituições e atores escolares. A atual gestão do
MEC retomou a lógica da avaliação centrada nos testes
padronizados e tem debatido novas estratégias de ação
no país com os coordenadores do PISA, coordenado pelo
Grupo Pearson.

De forma também perigosa, o golpe avança sobre o
currículo das escolas. E o mais grave atentado à juventude
e à organização curricular dos últimos tempos tomou forma
através da MP 746. A reforma antidemocrática do ensino

1. médio possui caráter eminentemente fiscal e propõe reduzir
 2. disciplinas e a carga horária das áreas de conhecimento geral
 3. que comporão a BNCC. Dessa forma, contrata-se menos
 4. profissionais e disponibiliza-se menos insumos, podendo
 5. a alardeada ajuda federal – condicionada ao ajuste fiscal –
 6. atingir apenas 5% das matrículas. Ou seja, a maioria das
 7. escolas não terá benefícios e o processo de privatização
 8. do ensino médio será intenso sobretudo na modalidade
 9. técnica-profissional. Sobre o currículo, a reforma aprofunda
 10. o fosso entre a educação ofertada para as classes abastadas
 11. e os pobres. E o Brasil estará consagrando uma segregação
 12. socioeducacional extemporânea, confinando os filhos da
 13. classe trabalhadora a um modelo educacional restritivo de
 14. conhecimentos.

15. Já os tratados e parcerias internacionais com a
 16. OCDE, a OMC e outras agências multilaterais e/ou países
 17. se pautam na mercantilização da educação e na meritocracia
 18. curricular. E essas são pautas sobre as quais o movimento
 19. sindical deve buscar parcerias globais de enfrentamento,
 20. com apoio da Internacional da Educação, da Confederação
 21. Sindical Internacional e outras entidades, no sentido de
 22. contrapor as políticas privatistas na educação e de apontar
 23. alternativas para uma educação inclusiva e de qualidade
 24. referenciada nos anseios sociais.

25. Com relação às políticas de democratização do
 26. acesso escolar e universitário, chama a atenção o ataque que
 27. a universidade pública sofre desde a aprovação das políticas
 28. de cotas raciais e sociais que privilegiaram a presença de
 29. estudantes oriundos das escolas públicas, de famílias pobres
 30. e de etnias negra, parda e indígena nessas instituições. As
 31. cotas interferiram significativamente na presença da classe
 32. média e alta nas universidades públicas e acabaram sendo
 33. o estopim para a “rebelião dos abastados” contra o ensino
 34. superior público.

35. Os/As trabalhadores/as em educação e os estudantes
 36. têm promovido a resistência a todas essas ofensivas do golpe,
 37. mas é preciso que a sociedade compreenda a gravidade da
 38. situação e tome para si a pauta em defesa da escola pública
 39. e dos direitos que ora estão sendo suprimidos.

O processo de ocupação das escolas, institutos federais e universidades pelos estudantes tem mostrado forte potencial de enfrentamento das ações governistas, mas é preciso reforçá-las. E a luta sindical deve atuar no sentido de fazer o enfrentamento e de somar forças com outros movimentos, em especial com a CUT e demais centrais sindicais, com as frentes sociais de luta, além de organizar a resistência internacional.

Não à obrigatoriedade do CREF! Nenhum professor deve pagar para trabalhar! O CREF/CONFED nas redes municipais e estaduais de ensino se apoia na lei 9696/98. Essa Instituição Regulamentadora com o auto de infração, fiscalizam quem tem ou não o registro no CREF, ou seja, definindo quem deve pagar ou não para trabalhar. Mas a lei supracitada não faz menção a atuação de professores no campo do magistério, não cita sequer a educação pública. A lei contém lacunas, dando margem às arbitrariedades do CREF/CONFED. A lei discorre apenas sobre a atuação de profissionais de Educação Física, sobre os bacharéis e não trata do magistério. O magistério possui professores licenciados e reconhecidos pela LDB e pelo MEC. O que regula o trabalho no magistério é a aprovação desse professor em concurso público que tem como premissa a LDB e não um Conselho. No entanto, o CREF vem obrigando os professores a pagarem para trabalhar, os que se negam são convocados para prestar esclarecimentos em delegacias de Polícia e a responder a processos judiciais em fóruns, acarretando em perda do direito a primariedade, caso seja condenado ao suposto exercício ilícito da profissão nas escolas. Com o pagamento de anuidade obrigatória, muitos têm contraído dívidas, mesmo se o tempo em que trabalhou em escolas não seja correspondente à vigência da exigência atual de associação ao CREF. A obrigatoriedade de associação de professores de educação física a um Conselho Regional, tendo-o como órgão regulador, parte de uma concepção da educação física não como área da educação, mas como área saúde. Com a naturalização da prática do CREF se abre um precedente para que professores de outros conteúdos curriculares passem ter de pagar para trabalhar na

1. educação, na medida em que novos Conselhos Regionais,
 2. das mais diversas áreas, sejam criados. Assim, defendemos
 3. que a CNTE adote ações contra a obrigatoriedade de
 4. associação dos professores de educação física ao CREF/
 5. CONFEF. A CNTE deve orientar os sindicatos da sua
 6. base a defenderem os professores de educação física,
 7. implementando campanha com a consigna: “NENHUM
 8. PROFESSOR DEVE PAGAR PARA TRABALHAR”.
 9. Ao mesmo tempo, é fundamental combater para que seja
 10. apresentado um Projeto de Lei ao Congresso em que se
 11. reafirme a LDB e o MEC como as únicas bases legais de
 12. regulação da profissão dos professores.

14. **BALANÇO POLÍTICO** 15. **DA CNTE**

16. A CNTE ao longo das últimas décadas tem sido a
 17. grande ferramenta de luta dos Trabalhadores em Educação
 18. contribuindo significativamente no debate dos grandes temas
 19. nacionais em especial aqueles que se refere aos direitos
 20. específicos dos Profissionais da Educação Escolar, fazendo o
 21. enfrentamento resistente a todos os atos que se caracterizasse
 22. como ataque aos direitos da categoria bem como ao de
 23. políticas educacionais que tratasse de exclusão de uma
 24. Educação de qualidade social. Nessa gestão as lutas foram
 25. permanentes nos obrigando a cada instante estarmos atentos
 26. e combatendo a ações que vinham no sentido de retirada
 27. de direitos da classe trabalhadora. Em 2014, após três anos
 28. e meio de tramitação, o Congresso Nacional aprovou o
 29. Plano Nacional de Educação, sobre o qual a CNTE atuou
 30. intensamente, tendo sido a Lei 13.005 sancionada sem
 31. vetos pela presidenta Dilma Rousseff, contendo a meta que
 32. prevê o investimento em educação equivalente a 10% do
 33. PIB e as estratégias que tratam da regulamentação do Custo
 34. Aluno Qualidade (CAQ e CAQi), do Sistema Nacional de
 35. Educação e da Lei de Responsabilidade Educacional. A
 36. valorização dos/as trabalhadores/as em educação consta
 37. em quatro metas específicas do plano, com destaque para
 38.
 39.

a equiparação da remuneração média do magistério com
 outras categorias profissionais de mesma escolaridade e
 para a regulamentação do piso e da carreira para todos
 os profissionais da educação (art. 206, VIII da CF-1988).

Após a aprovação do PNE, a CNTE reuniu suas
 entidades filiadas e aprovou anteprojeto de lei para
 regulamentar a meta 18 do plano decenal, que diz respeito
 ao piso salarial e às diretrizes nacionais de carreira para
 professores, especialistas e funcionários da educação.
 Porém, o golpe suspendeu o avanço dessas pautas com
 o governo.

As lutas pela implementação do piso nacional do
 magistério, pela profissionalização dos funcionários da
 educação, por planos de carreira que valorizem o trabalho e a
 condição social dos profissionais da educação se mantiveram
 como pautas unificadas dos sindicatos filiados à CNTE, em
 especial nas mobilizações da Semana Nacional em Defesa
 da Educação Pública, que em 2016 atingiu sua 17ª edição,
 e nas diversas campanhas e paralisações promovidas pela
 CNTE ao longo dos últimos três anos, que serviram de
 mote para as lutas locais dos sindicatos.

Após grande pressão e protagonismo da CNTE,
 o Conselho Nacional de Educação aprovou e o MEC
 homologou a Resolução CNE/CES nº 2/16 e o Parecer CNE/
 CES nº 246/16, que fixam as diretrizes curriculares nacionais
 para a formação inicial e continuada dos funcionários da
 educação básica em nível superior. Logo na sequência, a
 CNTE lançou cartilha divulgando sua proposta de matrizes
 curriculares para os cursos superiores de tecnologia e
 processos de trabalho nas áreas de alimentação, secretaria e
 infraestrutura escolar e de multimeios didáticos. O objetivo
 é ampliar a formação dos funcionários em nível superior,
 especialmente através dos Institutos Federais.

A CNTE manteve sua parceria com a CUT e
 demais centrais sindicais em inúmeras campanhas contra
 a terceirização e a precarização do trabalho, pela redução
 da jornada sem redução de salários, pela homologação e/
 ou ratificação de diversas Convenções da OIT, em especial
 a de nº 87, que trata da liberdade sindical e do direito de

1. sindicalização.

2. O acompanhamento das pautas de gênero, combate
3. ao racismo, direitos humanos e LGBT, trabalho infantil,
4. crianças, adolescentes e juventude foram fortalecidas pela
5. participação da CNTE nos Conselhos e órgãos ministeriais
6. de acompanhamento dessas políticas públicas, bem como
7. pelas parcerias com o movimento social e por diversas
8. atividades de formação promovidas pelas secretarias e
9. coletivos da CNTE relativos a cada tema.

10. A CNTE realizou o projeto DST-AIDS em vários
11. estados e com a presença de milhares de trabalhadores em
12. educação envolvidos em trabalhos e projetos sobre o tema
13. nas escolas públicas do país.

14. Durante a gestão 2014-2017 foi realizado, em âmbito
15. das secretarias e coletivos da CNTE, o 9º Encontro Nacional
16. de Trabalhadores/as Aposentados/as; o 8º Encontro Nacional
17. de Funcionários da Educação, precedido de encontros
18. regionais; o 2º Encontro Nacional da Juventude; o Seminário
19. Nacional de Combate ao Racismo sob o tema “Já falei
20. 10.639 vezes que racismo é crime” e no qual foi lançado o
21. fascículo da Escola de Formação da CNTE sobre o tema;
22. o 6º Encontro Nacional de Comunicação; além de reuniões
23. dos coletivos de Gênero, Formação, Direitos Humanos
24. e LGBT, Saúde do Trabalhador e do Departamento de
25. Especialistas da Educação.

26. O intercâmbio entre os/as trabalhadores/as
27. em educação do Brasil e o resto do mundo, sobretudo
28. do continente latino-americano e do eixo sul-sul foi
29. intensificado com a realização de diversos encontros
30. pedagógicos latinoamericanos no Brasil e no exterior
31. com a presença marcante de nossos/as educadores/as;
32. com o projeto de cooperação sindical entre a CNTE e as
33. entidades de trabalhadores em educação do Paraguai, com
34. o encontro regional da América do Sul e Caribe voltado
35. aos Funcionários da Educação, em Pernambuco; e com a
36. política de cooperação e formação sindical desenvolvida
37. pela CNTE com o Haiti e os países africanos de língua
38. portuguesa.

39. Como resultado da forte inserção da CNTE nas lutas

internacionais, o professor Roberto Franklin de Leão foi
conduzido ao cargo de Vice-Presidente da Internacional
da Educação – IE, em substituição à professora Juçara
Dutra Vieira (ex-presidente da CNTE), e a professora
Fátima Silva foi reeleita Vice-Presidenta da Internacional da
Educação para a América Latina – IEAL. A CNTE, através
da CUT, também elegeu membros de sua base e direção
para cargos na Organização Internacional do Trabalho,
através do professor Antônio Lisboa, e para a Presidência
da Confederação Sindical Internacional – CSI, por meio
do professor João Felício – APEOESP/SP.

A Escola de Formação Sindical da CNTE ampliou
convênios com os sindicatos filiados e alcançou a edição do
2º fascículo do 4º eixo do Programa de Formação Sindical,
disponível por meio impresso e eletrônico.

Já a política editorial da CNTE foi ampliada com a
publicação de exemplares da coleção Cadernos de Educação
sobre Fundeb, Direitos das Crianças e Adolescentes e
Análise do PNE: mais futuro para a educação brasileira.
A revista Retratos da Escola alcançou seu 11º volume e
19ª edição e manteve a condição inédita de ser a única
publicação do campo sindical sob normas acadêmicas.
A edição da Revista Matria, em comemoração ao Dia
Internacional da Mulher, alcançou a 14ª edição, em 2016,
sob o título: Maria da Penha: 10 anos e a Lei pegou!

A Secretaria de Imprensa e Comunicação da CNTE
manteve política de intercâmbio com as afiliadas e a
sociedade através do boletim eletrônico CNTE Informa
e do Jornal Mural sobre vários temas. A tiragem desse
último tem capacidade para atingir a grande maioria das
escolas do país.

Onde as lutas nas ruas não foram suficientes para
enfrentar os desmandos dos gestores públicos, a CNTE
atuou como representante legal da categoria perante o
Supremo Tribunal Federal, especialmente contra a Lei da
Mordaza aprovada no Estado de Alagoas – que precede o
debate sobre o mesmo tema no Congresso Nacional e em
vários estados e municípios do país – e contra a Medida
Provisória nº 746, que trata da reforma do ensino médio.

1. A partir de 2015, com a orquestração do golpe
 2. parlamentar-jurídico-midiático que culminou no
 3. impeachment da Presidenta Dilma Rousseff no ano seguinte,
 4. a CNTE se engajou ativamente contra a pauta golpista,
 5. primeiramente, defendendo o regime democrático que
 6. depôs uma presidenta eleita legitimamente e sem que
 7. tivesse cometido crime de responsabilidade. Ainda no
 8. período do governo provisório de Michel Temer, enquanto
 9. tramitava o processo do impeachment com o afastamento
 10. da Presidenta eleita, o Conselho Nacional de Entidades da
 11. CNTE deliberou que a Entidade não negociasse quaisquer
 12. pautas com o governo ilegítimo.

13. Com a posse definitiva de Temer e as sucessivas
 14. propostas de flexibilização e retirada de direitos sociais,
 15. trabalhistas e educacionais, com o governo totalmente
 16. inclinado para a implementação de uma profunda agenda
 17. neoliberal no país, a CNTE passou a atuar firmemente
 18. com outras entidades e movimentos sociais, sobretudo em
 19. parceria com a CUT, na organização de inúmeras atividades
 20. em Brasília e nos estados contra as pautas governistas e
 21. parlamentares, entre as quais se destacaram a Ocupação
 22. do MEC pela CNTE e suas afiliadas e as mobilizações em
 23. Brasília contra a PEC 241 (PEC 55/16 no Senado) e o Dia
 24. Nacional de Greve, em 11 de novembro de 2016.

26. **POLÍTICAS** 27. **PERMANENTES**

30. Na última década, os governos democráticos e
 31. populares implantaram políticas de inclusão social, com
 32. instrumentos importantes de transferência de renda,
 33. tirando milhões de famílias da miséria e pobreza extrema.
 34. Acumularam-se conquistas e avanços de direitos e políticas
 35. públicas em todas as esferas.

36. O aprofundamento das políticas de Estado Mínimo
 37. aliada a pautas conservadoras no mundo e no Brasil já
 38. impactam as condições de vida de milhares de pessoas
 39. por meio do desemprego, do rebaixamento da renda, do

desatendimento às necessidades da população e da crescente
 onda de fascismo, xenofobia, misoginia, machismo e
 preconceitos diversos em várias sociedades. Infelizmente,
 essa é a tônica do mundo atual.

No Brasil, o preconceito de classe, de raça, de gênero
 e opção sexual ficou evidente no processo de retomada do
 poder pelas elites, sustentado por verdadeiras campanhas
 midiáticas com mensagens expressas ou subliminares
 contra grupos sociais historicamente excluídos das políticas
 públicas. E essa situação fez cair a máscara das pseudos
 “democracia racial” e de “igualdade de oportunidades
 para todos”, especialmente por parte da classe média, que
 continua negando sua condição de classe trabalhadora e
 alimentando ideais das elites, inalcançáveis para quem não
 detém os meios de produzir sua própria riqueza.

As políticas inclusivas da última década,
 desenvolvidas pelo executivo federal, deram protagonismo
 às mulheres, aos negros, à juventude, aos aposentados,
 aos LGBTs e aos mais pobres, que passaram a ter voz,
 direitos e protagonismo numa sociedade preconceituosa,
 individualista, consumista, egoísta e falsa moralista.

Os espaços de interlocução entre a sociedade e o
 governo propiciaram atender importantes pautas de quem
 há séculos mantinha condição social invisível e inaudita,
 recebendo toda carga de opressão e preconceito.

O golpe, porém, interrompeu o processo virtuoso de
 expressão das diversidades e de autoafirmação sociocultural
 de nossa sociedade, com melhoria nas condições de vida de
 milhares de pessoas. Pela primeira vez na história o Brasil
 conseguiu sair do mapa da fome das Nações Unidas! E
 para que não haja retrocessos que o tempo levará décadas
 para reverter, é preciso, desde já, redobrar a luta social
 pela igualdade de direitos para todos, priorizando-se a
 participação dos/as trabalhadores/as em educação nesta
 jornada.

A luta pelo protagonismo das mulheres na sociedade e pela igualdade de gênero

A igualdade de gênero é a base para a construção de
 uma sociedade livre de preconceitos e discriminações. É

1. portanto, um direito universal de humanidade e de quem
2. sofre a opressão social.

3. O machismo e o patriarcado, reforçados pelo
4. processo de produção capitalista, mantêm a divisão sexual
5. do trabalho impondo às mulheres as tarefas domésticas, pelo
6. cuidado da casa e da família. Para estas condições de vida,
7. o sistema educacional continua sendo um espaço que as
8. coloca no mercado de trabalho. Em relação às funcionárias
9. das escolas esta situação é mais explícita por fazer um
10. trabalho análogo ao trabalho doméstico.

11. De acordo com o insuspeito Fórum Econômico
12. Mundial, em 2016, o Brasil ocupou a 129ª posição no
13. ranking de igualdade de salários entre gêneros, formado
14. por 144 nações. Concretamente, significa dizer que as
15. mulheres em nosso país recebem em média 30% menos
16. que os homens.

17. O movimento Escola Sem Partido, que conta
18. com o apoio do atual Ministro da Educação nega com
19. todas as letras, a importância da inclusão de conteúdos
20. de valorização da diversidade no campo do currículo
21. escolar. Este movimento em como um dos seus principais
22. alvos, a “ideologia de gênero”, que nada mais é, do que o
23. entendimento da escola como um espaço para construção
24. de uma sociedade menos preconceituosa.

25. A PEC 55 também terá impactos sobre a política de
26. valorização do salário mínimo, pois boa parte das despesas
27. obrigatórias são indexadas pelo salário mínimo, e está
28. proibido reajuste de despesa obrigatória acima da variação
29. da inflação.

30. A revisão da Lei de Valorização do Salário
31. Mínimo afetaria principalmente as mulheres, uma vez
32. que elas estão super-representadas nessa faixa salarial,
33. trazendo consequências nefastas para o conjunto da classe
34. trabalhadora onde serão as mais afetadas aumentando o
35. tempo de trabalho e de contribuição.

36. Já o Mapa da Violência, divulgado pelo Ministério
37. da Justiça (MJ), em outubro de 2016, revelou que o Brasil
38. ocupa o 5º lugar no ranking de mulheres assassinadas no
39. mundo, com taxa de 4,8 mortes brutais a cada 100 mil

habitantes. Em 2013, foram cometidos 13 homicídios
diários contra mulheres. Desses, 50,3% foram cometidos
por familiares, sendo 33,2% praticados por parceiros ou
ex-companheiros. Apesar de 100% das mulheres e homens
conhecerem a Lei Maria da Penha, segundo a pesquisa do
MJ, o número de homicídios de mulheres negras aumentou
54% nos últimos 10 anos.

De acordo com pesquisa do IPEA, 89% das vítimas
de violência sexual são do sexo feminino, e desse total 70%
são crianças e adolescentes, revelando a postura machista,
violenta e covarde do homem brasileiro.

A participação das mulheres nos espaços de
decisões das políticas públicas é condição fundamental
para empoderar o gênero feminino na sociedade, garantindo
igualdade e direitos em relação ao sexo masculino. Todavia,
pesquisa do Senado Federal sobre a distribuição de cargos
eletivos no Brasil mostra o quanto ainda é preciso se avançar
para garantir maior participação das mulheres na política.

Esses números são parte de um problema social que
aflige as mulheres e condena nossa sociedade à opressão de
gênero, de modo que é essencial manter o protagonismo da
Secretaria de Políticas para as Mulheres na esfera federal
e nos demais entes federados, privilegiando a participação
social na tomada de decisões. E o papel da CNTE na
conscientização permanente sobre a igualdade de gênero
no país caminha no sentido de reforçar o compromisso
da sociedade com essa pauta essencial para o processo de
desenvolvimento do país.

Mas o caminho ainda é longo na superação das
expressões cotidianas da opressão à qual as mulheres
continuam submetidas. Ainda, precisamos fortalecer,
a participação das mulheres nos espaços de poder
enfrentamento significativo e estratégico para o avanço
da sociedade contemporânea e para a construção de uma
sociedade socialista.

Desta forma propomos; Lutar pela superação da
sub-representação feminina promovendo a participação
das mulheres nos espaços públicos de poder; Lutar pela
consolidação da política de combate à violência sobre

1. as mulheres, expressa na atualidade na conquista da Lei
 2. Maria da Penha; Lutar pela promoção de uma educação
 3. de qualidade, inclusiva e não discriminatória; Lutar pela
 4. conquista da equidade de gênero no trabalho, implementação
 5. da Política de Trabalho Decente e a jornada de trabalho de
 6. 6 horas para que mulheres e homens possam desfrutar do
 7. ambiente doméstico do tempo da vida social, familiar e
 8. pessoal.

9. **Racismo é crime e deforma a sociedade** – a luta
 10. do povo negro pela igualdade racial e socioeconômica
 11. em nosso país precisa ser abraçada por todos/as como
 12. forma de elevar o bem-estar social e garantir direitos a
 13. toda população. O fim da escravidão oficial no Brasil não
 14. garantiu o acolhimento digno do povo negro na sociedade, e
 15. ainda hoje, mais de um século da abolição, a marginalização
 16. do negro nas políticas de Estado e o preconceito racial
 17. impedem a ascensão social e condenam gerações de famílias
 18. negras à miséria, à violência e ao abandono.

19. Em 2015, o IBGE indicou que 54% da população
 20. brasileira era negra ou de origem negra. E os indicadores
 21. sociais por raça ainda são estarrecedores no país: entre
 22. os 10% mais pobres, com renda média de R\$ 130,00 por
 23. pessoa/mês, os negros são ampla maioria (76%); entre as
 24. famílias que detêm renda acima de R\$ 11,6 mil, apenas
 25. 12,4% são negras; a renda média do negro corresponde a
 26. 67,7% da de brancos por hora de trabalho; o desemprego
 27. com a crise de 2015/2016 cresceu quase o dobro na
 28. população negra (1,1% contra 0,6% entre brancos).

29. Já o racismo e as condições sociais do negro se
 30. mantêm fortemente associados aos índices de violência.
 31. Segundo o Mapa da Violência 2016, do Ministério da
 32. Justiça, em 2012, 30 mil jovens de 15 a 29 anos foram
 33. assassinados no Brasil, sendo 77% pretos e pardos. E
 34. 67% da população carcerária no país é negra, contra 31%
 35. de brancos.

36. Seja na política, nas grandes empresas ou em cargos
 37. estratégicos da República, os negros continuam sendo
 38. minoria absoluta. Entre os deputados federais eleitos em
 39. 2014, apenas 20% se declararam pretos ou pardos e entre os

senadores, 4,9% e 19,8%, respectivamente; nas 20 maiores
 empresas do país, apenas um presidente se considera pardo;
 entre os 29 ministros do STJ, 25 são brancos e na atual
 composição do STF não há nenhum negro.

A luta da CNTE através de sua Secretaria de Combate
 ao Racismo se centra no amplo acesso da população negra
 à educação em todos os níveis, etapas e modalidades, bem
 como na promoção da cultura e da história afrodescendente
 através das escolas, à luz da Lei 10.639, que teve redação
 adaptada pela Lei 11.645/2008. A CNTE também defende
 a política de cotas raciais e sociais nas universidades e em
 concurso públicos, condição indispensável para mudar a
 realidade dos negros no país.

Para potencializar a organização da luta antirracismo
 propomos que a CNTE oriente todas as suas entidades
 filiadas a criarem Secretarias de Combate ao Racismo

**Criança e adolescente em pauta: o Brasil do golpe
 na contramão da luta contra o trabalho infantil** – os
 esforços que o Brasil vinha fazendo para incluir as crianças
 e adolescentes na escola, através da conjugação de políticas
 e benefícios sociais concedidos às famílias de menor renda
 para manterem seus filhos estudando, passou a sofrer forte
 contenção não só com a redução dos gastos do Bolsa Família
 e outros programas, mas pela opção deliberada do governo
 golpista e do parlamento privatizado de reduzir a idade de
 ingresso no mundo do trabalho para 14 anos (PEC 18/11) e
 de exigir tempo de contribuição para a aposentadoria integral
 pelo INSS que obriga homens e mulheres a trabalharem
 desde os 16 anos, caso queiram se aposentar aos 65 anos
 (PEC 297/16).

Neste sentido, a CNTE mantém o compromisso de
 cobrar e atuar em benefício da implementação das garantias
 constitucionais e do ECA – com destaque para a expansão
 da escola integral e em tempo integral –, devendo, ainda,
 a Confederação reforçar a luta contra o ajuste fiscal, a fim
 de viabilizar as metas do PNE e de demais políticas que
 visam preservar o direito de nossas crianças e estancar o
 círculo vicioso da pobreza.

Direitos Humanos e LGBT – a retomada de pautas

1. conservadoras pelo governo golpista e pelo Congresso, que
 2. mitigam os direitos humanos e reforçam estereótipos que
 3. criminalizam, ofendem e rebaixam a condição humana de
 4. lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, deve ser
 5. a pauta central da Secretaria de Direitos Humanos e do
 6. Coletivo Nacional LGBT da CNTE para o próximo período.

7. O terceiro relatório de **Violência Homofóbica**,
 8. publicado pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade
 9. Racial e dos Direitos Humanos, em fevereiro de 2016,
 10. revelou que a cada 28 horas ocorre uma morte vinculada
 11. à homofobia e que a cada 5 minutos é registrado um caso
 12. de violência homofóbica no país. E essa condição violenta
 13. exige maior intervenção do Estado e conscientização da
 14. sociedade para ser evitada, razão pela qual a CNTE reitera
 15. seu compromisso em atuar nas Conferências Nacionais
 16. LGBT e nas instâncias de Estado e da sociedade, que visam
 17. combater a violência e a promover a igualdade de gênero
 18. e a tolerância à diversidade sexual, sobretudo nas escolas.

19. **Aposentados: a luta por direitos e dignidade** – a
 20. população brasileira envelhece em ritmo acelerado e vive
 21. cada vez mais, o que exige mais e melhores políticas
 22. voltadas à saúde, à aposentadoria e à assistência social – três
 23. dimensões que integram o conceito da Seguridade Social.
 24. Ocorre que o projeto golpista em curso no país atenta contra
 25. a segurança dos atuais e futuros idosos e aposentados,
 26. devendo a CNTE se engajar na luta contra a reforma da
 27. previdência e pela valorização da renda dos aposentados
 28. e pensionistas, muitos dos quais são arrimos de família.

29. A CNTE também mantém o compromisso de lutar
 30. pela incorporação das orientações da Política Nacional e
 31. do Estatuto do Idoso nos currículos escolares, como forma
 32. de promover os direitos sociais do idoso, sua autonomia,
 33. integração e participação efetiva na sociedade.

34. Considerando que na educação são majorias
 35. mulheres, se faz necessário destacar que as aposentadas
 36. vivem uma realidade específica desta época. Cuidaram
 37. dos(as) filhos(as) e agora cuidam dos(as) netos(as), muitas
 38. vezes pela falta de atendimento público para estas crianças.
 39. Com isto continuam realizando as atividades domésticas,

não sobrando tempo e condições para vivenciar outras
 experiências de vida como o lazer, o passeio, as amizades, as
 conversas, enfim o ócio. Também muitos(as) aposentados(as)
 sofrem toda forma de violência, inclusive patrimonial,
 pelos filhos(as), netos(as). Precisam ser alertados(a)s com
 orientações específicas nestas situações.

Destacar a importância dos aposentado(as) na história
 da Educação como militantes em defesa da educação pública
 e dos direitos dos(as) trabalhadores(as) é reconhecer a
 participação ativa que tiveram na organização da categoria
 e na conquista de direitos. Concurso Público, Carreira
 Profissional são resultados da luta heroica destes(as)
 educadores(as). Conscientes de seu papel continuam firmes
 na ação sindical e nos movimentos sociais. Debatem a
 reforma previdenciária, lutam por políticas públicas que
 garantam e ampliem seus direitos. Porém, ainda não ocupam
 o espaço devido a centralidade das nossas lutas e das
 demandas.

Saúde do/a trabalhador/a em educação – O
 capitalismo transformou a educação em mercadoria e o
 processo educativo foi, aos poucos, absorvendo ideia do
 setor privado. Às/aos educadores(as) “aplicou-se” regras
 da produtividade, da flexibilização, do aumento do ritmo de
 trabalho, do tipo de tarefa a ser executada, do tempo para
 a sua execução, da jornada e carga de trabalho necessária,
 da terceirização e da precarização dos vínculos de trabalho.

A violência no interior e arredores da escola
 envolvendo estudantes, profissionais da educação e
 comunidade, a falta de formação continuada para lidar com
 as inovações tecnológicas e com fatores psicossociais que
 ganham relevo a cada dia, colocam sistematicamente em
 risco a saúde física e psicológica dos dos/as trabalhadores/as
 em educação. E as propostas de privatização da gestão dos
 sistemas e das escolas, a terceirização dos profissionais por
 meios de OSs, a lei da mordada e o fim da aposentadoria
 especial do magistério tendem a agravar as doenças inerentes
 à profissão e a criar novos conflitos nas relações de trabalho
 escolar, razão pela qual a luta sindical deve se ater contra
 essas medidas e em favor da valorização profissional, com

1. amplo respaldo a tratamentos preventivos e profiláticos de
2. saúde para o/a trabalhador/a da educação escolar pública.

3. Para enfrentar este quadro é preciso que a próxima
4. gestão da CNTE faça uma ampla pesquisa de caráter
5. científico sobre as principais doenças que acometem a
6. categoria, e as suas relações com as condições do trabalho
7. dos profissionais de educação. Ao mesmo tempo, é
8. fundamental que a CNTE lance uma campanha de âmbito
9. nacional sobre o quadro preocupante de adoecimento dos
10. trabalhadores e trabalhadoras em educação. A campanha
11. deve ter como objetivo sensibilizar a sociedade sobre a
12. necessidade de um novo patamar de condição de trabalho
13. na educação, que estabeleça como prioridade a redução de
14. número de alunos por turma, ampliação da hora-atividade,
15. redução da carga horária e a melhoria da infraestrutura
16. escolar

17. **Juventude trabalhadora em luta** – A juventude
18. tem sido protagonista nas mobilizações populares: nas
19. greves, na ocupação de escolas e de outros prédios públicos,
20. manifestações e diversas outras formas de luta. No contexto
21. mundial, com uma ofensiva conservadora em vários países
22. em resposta à crise econômica mundial do capitalismo,
23. as elites tem realizado a retirada de direitos da maioria da
24. população, a concentração de renda, a criminalização dos
25. movimentos sociais.

26. A Juventude da CNTE se manterá engajada na
27. construção de uma sociedade justa, inclusiva, igualitária,
28. sem intolerância religiosa, sem racismo, sem homofobia,
29. sem transfobia, livre do machismo, com respeito à
30. diversidade e em defesa da laicidade do Estado, contra o
31. genocídio da juventude negra e em defesa da escola pública
32. emancipadora e de qualidade social, com profissionais
33. valorizados. Para tanto, priorizará o debate sobre a inserção
34. de novas metodologias e dinâmicas de elaboração e
35. implementação dos currículos, valorizando as culturas
36. quilombolas, indígenas, cigana, urbanas, rurais e regionais,
37. transformando a dança, a música, a poesia, o teatro, o circo
38. e as artes em geral em conteúdos e práticas pedagógicas.

39. **Funcionários(as) da Educação:** construindo a

unidade entre os(as) educadores(as) No momento difícil
em que vivemos, construir a unidade dos trabalhadores
e trabalhadoras é fundamental, especialmente para os(as)
que compõem o ramo Educação, pois o projeto neoliberal
que tomou o país com o Golpe de Estado põe em risco
todas as conquistas democráticas e direitos sociais desde
a Constituição de 1988. E entre estas a Educação Pública
é um dos direitos mais ameaçados. Os governos têm
ampliado as diferenças dentro da base da educação entre
os vários segmentos, entre as várias redes de ensino,
entre os mais jovens e os mais experientes na carreira,
promovendo a fragmentação, com o objetivo de dividir
e enfraquecer os(as) trabalhadores(as), e apontam para a
precarização, terceirização, e grandes perdas de direitos.
Nossa resposta deve ser a Unidade política, através da
unificação sindical e das lutas em cada local de trabalho.
Um aspecto importante para nossas entidades sindicais do
ramo Educação deve ser melhorar a representatividade da
composição das direções executivas e coletivos, a partir
da construção das pautas de lutas, contemplando pontos
comuns e específicos, definição de pontos prioritários
para os(as) funcionários(as) de escolas e professores(as),
considerando ainda as características geracionais, de gênero,
de formação profissional, e das condições de trabalho para
todos(as) que fazem as escolas e órgãos dos sistemas de
ensino. Dentre os pontos unificadores das pautas de luta é
preciso priorizar a disputa pela realização dos concursos
públicos para professores(as) e funcionários(as), para barrar
a terceirização e defender a educação pública contra o
neoliberalismo. A institucionalização da formação dos
funcionários(as) de escolas pelos estados, a inclusão no
calendário escolar de dias reservados para a formação
pedagógica, são pontos fundamentais para consolidar a
concepção de educadores(as) que inclui professores(as)
e funcionários(as) discutindo e construindo juntos os
pontos comuns da educação e a luta pela valorização do
Piso/ Carreira dos profissionais da educação. Assegurar a
existência de funcionários(as) da educação profissionalizados
com carreira específica fortalece a sua interação qualificada

1. no processo educativo, seu reconhecimento pedagógico,
 2. assumindo comportamentos educativos e participativos,
 3. e contribui para a superação das posturas conservadoras
 4. e burocráticas no interior das escolas e dos sindicatos,
 5. fazendo avançar a luta pela gestão democrática. Contra a
 6. fragmentação, desqualificação, terceirização e precarização
 7. têm de afirmar a função social da Escola e o conceito
 8. de Educador – onde todos os profissionais da educação
 9. têm um papel essencialmente pedagógico dentro do
 10. ambiente escolar, independentemente de sua tarefa. É
 11. preciso compreender que a fragilização dos profissionais da
 12. educação e a negação de seu reconhecimento profissional
 13. são elementos do processo de destruição da Educação
 14. Pública – um dos objetivos do projeto neoliberal que
 15. golpeia o país nesse momento. Resistiremos aos ataques
 16. de forma unificada!

19. PLANO DE LUTAS

21. FORA TEMER! – DIRETAS JÁ!

22. *Lutar contra o golpe e o estado de exceção e a favor*
 23. *da Democracia, Direitos, Soberania, Desenvolvimento e*
 24. *Inclusão Social.*

25. O golpe de 2016 teve por objetivo devolver o poder
 26. político às elites, abrindo caminho para a privatização de
 27. empresas públicas e das riquezas minerais, recolocando
 28. o país na agenda global do neoliberalismo, inclusive
 29. transferindo serviços e fundos públicos para o mercado,
 30. em especial os de educação, saúde e previdência.

31. O golpe jurídico-parlamentar-midiático se mostra
 32. orquestrado na América Latina e requer a união da classe
 33. trabalhadora e dos movimentos sociais para contrapor
 34. mais essa agenda imperialista norte-americana. E a CNTE
 35. deve priorizar sua participação em ações nacionais e
 36. internacionais em defesa da democracia e dos direitos da
 37. classe trabalhadora, atuando nos encontros latinoamericanos
 38. de educação, nos fóruns sociais e demais atividades
 39. conjuntas com a CUT, IE, IEAL, CSI, Rede de Mulheres,

entre outras entidades.

No caso do Pré-Sal – maior reserva de petróleo e gás natural descoberta no mundo nos últimos 30 anos –, esse foi mais um fator de especulação e de desestabilização do país via agentes externos. E é preciso combater a ameaça de expropriação desse patrimônio de nosso povo, garantindo os recursos para a educação e outras políticas sociais.

O horizonte da luta sindical no país para o próximo período não pode ser outro senão restabelecer a democracia por meio de eleições diretas e retomar a pauta do desenvolvimento com inclusão social e ampliação de direitos. E discutir com a sociedade o papel da mídia golpista, e em particular com os/as trabalhadores/as em educação, desmistificando e contrapondo as falácias midiáticas, é tarefa essencial de combate ao golpe.

Neste sentido, indicamos as seguintes ações para a atuação da CNTE em parceria com a CUT e outras centrais, CONTEE, UNE, UBES, FRENTE BRASIL POPULAR, FRENTE POVO SEM MEDO, entre outros movimentos sociais no período que se inicia em janeiro de 2017, podendo ser agregadas outras pautas de acordo com a conjuntura:

No campo político-social: Integrar frentes de lutas internacionais contra o neoliberalismo, a privatização e comercialização da educação; a CNTE exige a retirada das Tropas da ONU do Haiti em defesa da soberania em defesa da autodeterminação de todos os povos; Lutar contra os tratados internacionais que mitigam direitos sociais e trabalhistas e solapam as soberanias nacionais; Contrapor as medidas do ajuste fiscal aprovadas ou em vias de aprovação no Congresso Nacional e nos estados, DF e municípios; Lutar pela ampliação do orçamento público para a educação e demais políticas públicas como contraposição à PEC 55 e ao PLC 54; Cobrar a retomada das políticas sociais, responsáveis pela elevação da condição de vida do povo brasileiro e rechaçar o avanço das medidas neoliberais no país; Defender as riquezas naturais nacionais como patrimônio estratégico e lutar contra toda tentativa de fragmentação ou privatização deste patrimônio, nesse sentido, manter a participação da CNTE nas ações da

1. Plataforma Operária Camponesa em defesa da energia -
 2. contra a Lei 13.365/16 e o PL 6.726/13 que privatizam
 3. nosso petróleo, a Petrobras e acabam com o regime de
 4. partilha que garante recursos para a educação e outras
 5. políticas públicas; Defender a política de conteúdo nacional
 6. do Pré-Sal, que gera empregos e novas tecnologias ao
 7. país; Mobilizar a base da CNTE para aprofundar as ações
 8. pautadas pelas centrais, em especial pela CUT, que visam
 9. ampliar os direitos da classe trabalhadora; Lutar contra os
 10. projetos de terceirização ilimitada e contra as PECs que
 11. pretendem diminuir a idade para o trabalho e a maioria
 12. penal; Combater com rigor a terceirização e todas as formas
 13. de flexibilização e/ou precarização das relações de trabalho;
 14. Lutar contra a reforma trabalhista que visa suprimir e
 15. flexibilizar direitos; Promover a liberdade e a autonomia
 16. sindical – contra a repressão aos sindicatos e às lideranças
 17. sindicais; Lutar pela redução da jornada de trabalho sem
 18. redução de salário, pela valorização do salário mínimo e das
 19. aposentadorias, pelo direito de greve no serviço público;
 20. Lutar contra a reforma da previdência (PEC 287/16 e
 21. outras) e contra qualquer reforma do Estado que vise retirar
 22. direitos; Lutar para garantir a autonomia dos fundos de
 23. previdência públicos e para que a gestão e os conselhos
 24. administrativos e fiscal sejam compostos por trabalhadores
 25. efetivos, ativos e aposentados indicados por entidades
 26. representativas das categorias profissionais de servidores
 27. públicos; Lutar pela manutenção da aposentadoria especial
 28. do magistério; Defender a valorização dos aposentados e
 29. pensionistas (públicos e privados); Lutar para fortalecer e
 30. ampliar a fiscalização dos regimes de previdência públicos,
 31. a fim de se evitar desvios de recursos; Lutar pela paridade
 32. e integralidade dos proventos previdenciários em relação
 33. ao pessoal da ativa; Integrar a luta pela reforma tributária
 34. que taxe o grande capital e reverta o caráter regressivo
 35. dos impostos no Brasil; Por uma reforma política que
 36. assegure o pluralismo partidário, fortaleça os partidos,
 37. institua o financiamento público de campanha e amplie
 38. a participação popular nas instâncias de poder; Articular
 39. as lutas da CNTE com as lutas dos movimentos sociais

e populares (estudantes, sem-teto, sem-terra, mulheres,
 índios quilombolas etc); Lutar contra novos processos
 de golpe, inclusive para implantar o parlamentarismo
 sem consulta popular; Lutar junto com os movimentos
 sociais contra a destruição dos recursos hídricos e por
 processos de desenvolvimento sustentável; Por reforma
 agrária, urbana e contra os leilões/privatização do petróleo;
 Lutar em parceria com a CUT pela regulamentação das
 Convenções pendentes da OIT nº 100, 105, 111, 151, 158
 e 182; Lutar pela demarcação e homologação das terras
 indígenas e quilombolas, garantindo, inclusive, as condições
 de subsistência, resgatando e preservando a cultura indígena
 através de uma educação inclusiva; Lutar pela erradicação
 do trabalho escravo e do trabalho de crianças e adolescentes;
 Denunciar e combater a violência praticada contra crianças,
 adolescentes, idosos, moradores de rua, LGBT, negros,
 índios, deficientes, mulheres, imigrantes, profissionais do
 sexo; Lutar pela participação das mulheres nos espaços
 públicos de poder; Lutar pelo efetivo cumprimento da lei
 Maria da Penha, ampliação das delegacias especializadas
 e casas de abrigo para as mulheres violentadas;
 Garantir os direitos das pessoas com necessidades especiais;
 Denunciar a violência contra a população negra, em especial
 a que leva ao extermínio da juventude; Apoiar as políticas de
 cotas nas universidades e no serviço público; Pela aprovação
 do PL 7.582/14, que tipifica crimes de ódio, preconceito
 e intolerância contra diferentes grupos, do PL 5.002/13,
 que estabelece o direito à identidade de gênero, e do PLS
 470/13, que visa instituir o Estatuto das Famílias; Combater
 a monopolização da mídia capitalista e participar da luta
 pela democratização dos meios de comunicação, defesa
 da TV pública e das rádios comunitárias; Lutar pela não
 aprovação do PLV 34, pelo Senado; Ampliar o debate e
 promover a realização de pesquisas periódicas (qualitativa
 e quantitativa) que permitam o processo acumulativo na
 construção de identidade da relação entre a Confederação e
 suas entidades filiadas e suas necessidades para atuação no
 combate à diminuição dos direitos e processos negociais;
 Definição do papel regulador do estado; Encampar a luta

1. pelo fortalecimento do SUS, em especial da política de
 2. atenção integral à saúde da mulher e da garantia dos direitos
 3. sexuais e dos direitos reprodutivos; Criar mecanismos para a
 4. efetiva inclusão das Pessoas com Deficiência, estabelecendo
 5. Políticas Públicas Permanentes para garantir que Incluso
 6. possa usufruir os benefícios e que os mesmos se estendam
 7. ao longo de sua vida conforme a evolução de sua condição;
 8. Reafirmamos a saída política apontada pela CUT: a luta por
 9. uma Constituinte Soberana que faça as reformas populares
 10. necessárias (Política, Tributária, Agrária, Urbana e etc...);
 11. nas lutas internacionalistas da CNTE, é fundamental
 12. somar-se às ações da CSA e nos incorporarmos à “Jornada
 13. Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo”
 14. que organize nossa luta no continente no enfrentamento
 15. aos ataques coordenados pelo capitalismo na região.

16. **Em nível educacional:** Mobilizar a sociedade
 17. com vistas à ampliação do direito à educação pública, de
 18. qualidade social, inclusiva, democrática, laica, de tempo
 19. integral, através de mais financiamento público (10% do
 20. PIB para a educação pública), da gestão democrática e
 21. da valorização dos educadores; Lutar pela manutenção
 22. e aplicação da Lei 12.858; Lutar contra as restrições
 23. impostas pela LRF ao pagamento de salários nas áreas
 24. da saúde e da educação; Manter a luta pela implantação
 25. imediata e integral da Lei 11.738 e mobilizar a categoria
 26. pela regulamentação do Piso Salarial e das Diretrizes de
 27. Carreira para todos os profissionais da educação; Lutar
 28. pela regulamentação do Sistema Nacional de Educação,
 29. do Custo Aluno Qualidade (CAQi e CAQ) e de todas
 30. as metas do PNE, valorizando a educação pública;
 31. Garantir a aplicação de verbas públicas para a educação
 32. pública – contra a privatização e a mercantilização da
 33. educação; Rejeitar as políticas de valorização profissional
 34. baseadas na meritocracia; Lutar contra a terceirização e a
 35. precarização das condições de trabalho, contra as OSs na
 36. educação e contra quaisquer parcerias público-privadas;
 37. Lutar contra a militarização das escolas; Participar dos
 38. fóruns de governo, em especial dos da educação, com
 39. vistas a propor e disputar projetos de interesse da categoria

e da classe trabalhadora; Promover a capacitação dos/
 as conselheiros/as da categoria que integram colegiados
 públicos, em especial de fiscalização do Fundeb; Lutar
 pela instituição, fortalecimento e afirmação dos conselhos
 escolares autônomos e pela gestão democrática com eleição
 direta das direções em todas as escolas públicas; Lutar
 pela democratização dos conselhos de educação (nacional,
 estaduais e municipais) com representação dos educadores
 públicos; Atuar nas lutas em defesa dos/as trabalhadores/
 as LGBT em seus locais de trabalho e contra quaisquer
 discriminações; Lutar contra o assédio moral nas escolas;
 Lutar pela ampliação da participação dos funcionários da
 educação na gestão sindical dos sindicatos filiados à CNTE;
 Lutar em defesa da segurança e promoção da saúde dos
 trabalhadores, com a constituição de comissões internas nos
 locais de trabalho e no serviço público; Pela implementação
 das leis 10.639 e 11.645 e em defesa da regulamentação do
 Estatuto da Igualdade Racial e do Estatuto da Juventude;
 Lutar contra a reforma do ensino médio, a lei da mordada
 e todas as propostas reacionárias do governo golpista;
 Regulação e fiscalização da educação privada; Reivindicar
 a instituição de uma política nacional de profissionalização
 dos funcionários e funcionárias da educação; Realizar
 em nível nacional uma campanha de denúncia sobre as
 condições de trabalho e da saúde dos trabalhadores e
 trabalhadoras em educação, com o objetivo de construir
 novas propostas para o trabalho decente nas escolas;
 Denunciar em nível nacional a condição das infraestruturas
 dos prédios escolares e cobrar maiores investimentos para
 que sejam feitas as melhorias necessárias; garantir que
 os recursos advindos da Lei 12.858/2013, concernentes
 à União, sejam imediatamente destinados à ampliação
 dos recursos do FUNDEB, compondo a complementação
 da União adicionalmente aos “10%” já repassados pela
 mesma para este fim; retomada da Lei do Piso em sua
 base original, ou seja, garantir a unidade nacional sobre o
 tema da valorização profissional articulando a qualificação
 da remuneração inicial com os referenciais mínimos de
 carreira definidos nacionalmente por legislação federal;

1. garantir uma ampla mobilização nacional para encaminhar a
2. tramitação, no âmbito do Congresso Nacional, do projeto de
3. lei das **Diretrizes Nacionais de Carreira** dos trabalhadores
4. em educação; Juventude: garantir conteúdo específico
5. no programa de formação da CNTE; fomentar e apoiar a
6. organização da juventude nos sindicatos filiados a CNTE
7. para que até o próximo congresso todos tenham coletivo de
8. juventude; fortalecer o Coletivo Nacional com a indicação
9. de um representante por entidade filiada; defesa da criação
10. da rede de jovens na IEAL e IE; criar conteúdos para
11. comunicação da CNTE direcionado para o Juventude;
12. buscar alternativas de redes sociais abertas e plataformas
13. de formação; realizar uma campanha nacional de filiação
14. com o viés para o jovem educador; fazer articulação com
15. as universidades e nas escolas de educação básica para
16. dialogar com os futuros professores e apoiar o movimento
17. estudantil; traçar perfil dos jovens educadores brasileiros.

19. **GREVE GERAL NACIONAL DA CNTE**

20. Considerando o golpe jurídico-parlamentar e
21. midiático no Brasil que busca:

- 22. • *Afrontar o Estado Democrático de Direitos*
23. *previstos na Constituição.*
- 24. • *Suplantar as políticas de distribuição de renda*
25. *por políticas de terceirizações e privatizações.*
- 26. • *Engessar o Estado brasileiro impedindo-o*
27. *de promover o crescimento econômico,*
28. *congelando investimentos por 20 anos.*
29. *Impondo uma **REFORMADA PREVIDÊNCIA***
30. *que castigará a classe trabalhadora e os mais*
31. *pobres do país, especificamente na educação*
32. *as mulheres, patrocinando o desmonte da*
33. *previdência pública e promovendo os fundos*
34. *privados.*

35. A CNTE se dirige à CUT, demais centrais sindicais e
36. movimentos sociais para que apoiem o Calendário de Lutas
37. e Mobilização da Educação, a seguir. E que mobilizem
38. e organizem toda a Classe Trabalhadora por uma Greve
39. Geral “NENHUM DIREITO A MENOS” e que derrote

os ataques do governo golpista de Temer.

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO E GREVE GERAL NACIONAL

Na perspectiva da GREVE GERAL da Classe Trabalhadora

1. **ATÉ O DIA 14/03** - Mobilização de preparação da Greve geral Nacional da CNTE.
2. **INDICAR O DIA 08/03** para realizar Assembleias Gerais, com atos e passeatas para deliberar sobre a Greve Geral Nacional da CNTE.
3. **DIA 15/03** - Data indicativa para o início da Greve Geral Nacional da CNTE.
4. **DIA 25/03** - Reunião da Coordenação Nacional da Greve Geral, composta pela Direção Executiva da CNTE e um/a Representante da entidade filiada à CNTE.
5. **DE 27 A 31/03** - Período para as entidades filiadas realizarem avaliações do movimento paredista.

ESTATUTO E MOÇÕES

REFORMA DO ESTATUTO

Art. 23 –

§ 3º (Emenda Substitutiva) – Além da Diretoria Executiva, serão eleitos mais 13 (treze) Diretores(as) Adjuntos(as) para desenvolver demandas nos estados, os quais serão acionados pela Presidência e/ou Secretaria Geral da CNTE, devendo, ainda, ocuparem cargos na Diretoria Executiva em caso de vacância, respeitando-se a proporcionalidade do Congresso que elegeu a Diretoria.

§ 5º (Emenda Substitutiva) - Para efeitos da aplicação da paridade disposta no § 4º, considera-se Diretoria Executiva da CNTE os cargos dispostos no caput deste artigo, além dos(as) Diretores(as) Adjuntos(as), excetuando-se o de presidente.

1. Art. 26 -

2. § 2ª (Emenda Substitutiva) – No caso de vacância
3. de qualquer outro cargo, o mesmo será ocupado por um(a)
4. Diretor(a) Adjunto(a), respeitada a proporcionalidade do
5. Congresso.

6. § 3º (Emenda Substitutiva) - Caso as Diretorias
7. Adjuntas não sejam suficientes para substituir as vacâncias,
8. de modo a se respeitar a proporcionalidade do Congresso
9. que elegeu a Diretoria Executiva, o Conselho Nacional de
10. Entidades elegerá substituto(a), respeitando a referida regra.

11. Art. 22 -

12. n) (Emenda Substitutiva) - eleger substituto(a) para a
13. vacância na Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da CNTE
14. quando não houver mais disponibilidade de Diretorias
15. Adjuntas e de suplentes eleitos para o Conselho Fiscal,
16. respeitada a proporcionalidade do Congresso que os elegeu.

17. Justificativa: *A emenda objetiva substituir o papel do*
18. *suplente por membros adjuntos da Diretoria Executiva da*
19. *CNTE aptos a desenvolverem trabalhos da Confederação*
20. *em seus estados de origem, sem, contudo, precisarem*
21. *participar das reuniões de instâncias da CNTE. A alteração*
22. *estatutária empodera os atuais suplentes e possibilita*
23. *ampliar a ação organizativa e a representatividade política*
24. *da CNTE nos estados, mantendo o equilíbrio financeiro*
25. *da Entidade.*

26. Art. 23, § 7º (Emenda Substitutiva) - Os/As
27. representantes da CNTE em entidades internacionais, às
28. quais a Confederação seja filiada, desde que não sejam
29. membros da Diretoria Executiva da CNTE, contarão com
30. estrutura de trabalho na sede da CNTE, com garantia de
31. deslocamento e auxílio similar aos membros da Diretoria,
32. e serão convidados a participar das reuniões da instância
33. com direito a voz.

34. Justificativa: *a emenda objetiva garantir plenas*
35. *condições de trabalho e de deslocamento aos representantes*
36. *da CNTE em instâncias internacionais, e que, eventualmente,*
37. *não sejam membros da Diretoria da CNTE.*

38. Art. 24 (Emenda Substitutiva) - O mandato dos
39. membros da Diretoria Executiva é de 4 (quatro) anos,

podendo seus membros serem reeleitos.

Justificativa: *o objetivo da alteração consiste em*
adequar a CNTE às estruturas estatutárias da CUT e da
Internacional da Educação, que possuem mandatos de
4 anos para suas Direções. Ademais, a proposta reduz
custos burocráticos para a CNTE e suas afiliadas, como a
organização de congressos, sem prejudicar o debate político
que estará preservado com as realizações da Plenária
Intercongressual e Conferência Nacional de Educação,
além das reuniões semestrais do Conselho Nacional de
Entidades, que acontecerão nos intervalos congressuais.

Art. 30 - À Secretaria de Finanças compete:
..... h) (Emenda Aditiva) Acompanhar
o cadastro das entidades filiadas para proceder à cobrança
das contribuições sindicais de forma direta ou através do
convênio com a CUT, de acordo com o art. 58 deste Estatuto.

Justificativa: *A Secretaria de Finanças da CNTE*
já realiza o referido acompanhamento, porém falta lhe
atribuir estatutariamente essa função. E a emenda sugere
incluir nova alínea ao art. 30 do Estatuto para cumprir
esse objetivo.

Art. 58 (Emenda Substitutiva) - A cada dois anos,
coincidindo com anos pares, as entidades filiadas a CNTE
atualizarão seus cadastros financeiros e de associados
junto a Secretaria de Finanças da CNTE, tendo como base
o mês de junho, a fim de assegurarem o direito à revisão
de sócios para a participação nas instâncias deliberativas
da Confederação.

§ 1º (Emenda Substitutiva) - Em se tratando de
entidades filiadas à CUT, a CNTE informará a Central
o número de associados e os valores de arrecadação de
suas afiliadas, após conferir as listas de consignações de
associados, para que a atualização seja incorporada às regras
da Central Sindical.

§ 2º (Emenda Substitutiva) - As entidades não
filiadas à CUT encaminharão os cadastros a que se refere
o caput para a CNTE, que providenciará sua atualização e
o acompanhamento das contribuições.

§ 3º (Emenda Substitutiva) - As entidades que não

1. procederem a referida atualização, nos períodos indicados,
2. estarão automaticamente impedidas de efetuarem aumento
3. de sócios para o Congresso Nacional da Confederação.

4. § 4º (Emenda Aditiva) - O número de delegados/ as
5. para o Congresso da CNTE será obtido pelas médias de
6. sócios e da arrecadação comprovados nas duas verificações
7. que antecederem cada um dos congressos.

8. § 5º (Emenda Aditiva) - Em havendo desacordo na
9. conferência feita pela CNTE nas listas de consignações dos
10. associados das afiliadas, caberá recurso dessas ao Conselho
11. Nacional de Entidades da CNTE, a quem compete dirimir
12. as questões não consensuais.

13. § 6º (Emenda Aditiva) - As listas de sócios com
14. os respectivos valores de contribuição de cada associado
15. deverão ser fornecidas por órgãos públicos responsáveis
16. pela gerência de pessoal da educação, de forma impressa
17. ou por meio eletrônico, admitindo-se listagens próprias,
18. exclusivamente, dos associados que recolhem contribuições
19. diretamente nos sindicatos filiados.

20. Justificativa: *A emenda visa dar tratamento*
21. *isonômico no quesito de comprovação de sócios e de*
22. *arrecadação às entidades cutistas e não cutistas,*
23. *conferindo à CNTE a responsabilidade pela atualização*
24. *e manutenção do cadastro de suas afiliadas. As duas*
25. *conferências de sócios, num período de quatro anos,*
26. *visam garantir a sustentabilidade financeira da CNTE e*
27. *a perenidade cadastral para melhor aplicação das regras*
28. *de proporcionalidade das forças políticas.*

29.
30. Artigo 77 (Emenda Aditiva), renumerando-se os
31. demais artigos

32. Artigo 77 - A juventude da educação será organizada
33. em departamento específico, que fará parte da estrutura
34. diretiva da CNTE e estará vinculado a Diretoria Executiva
35. da CNTE.

36. § 1º - A estrutura de funcionamento do Departamento
37. da Juventude – DEJU, coordenado por um representante
38. do respectivo setor, será regulamentado pelo Conselho
39. Nacional de Entidades – CNE.

§ 2º - O/A coordenador/a do Departamento
participará, apenas com direito à voz, das reuniões da
Diretoria Executiva da CNTE.

JUSTIFICATIVA

A emenda em questão tem como finalidade a
expansão e a estruturação da participação da juventude
da educação pública nas políticas e ações desenvolvidas
pela CNTE.

Entendemos que a juventude tem papel fundamental
na elaboração e na execução das estratégias da CNTE de
enfrentamento ao avanço estado de exceção, que toma conta
do país, bem como a ofensiva no que diz respeito à tirada
dos direitos da classe trabalhadora, sobretudo os adquiridos
pelos/as trabalhadores/as em educação.

MOÇÕES:

**MOÇÃO DE APOIO À PALESTINA E DE
EXIGÊNCIA AO ESTADO BRASILEIRO
QUE ADOTE POLÍTICAS DE BOICOTE,
DESINVESTIMENTO E SANÇÕES
CONTRA ISRAEL POR SEUS CRIMES E
DESOBEDIÊNCIA ÀS RESOLUÇÕES DA ONU**
**PROPOSIÇÃO: DENIRCE J. CASSIANO – APP
SINDICATO/PR**

Os educadores e todos os demais trabalhadores da
educação no Brasil, presentes neste 33º CONGRESSO
da Confederação Nacional dos Trabalhadores em
Educação, por meio de seus representantes, cientes de suas
responsabilidades humanitárias para com todos os povos
oprimidos do mundo, não poderia deixar de enxergar os
crimes de LESA HUMANIDADE hoje cometidos contra
o POVO PALESTINO na Terra Santa, a Palestina limpada
eticamente e ocupada.

Neste sentido, além da SOLIDARIEDADE para
com o POVO PALESTINO, exigimos do ESTADO
BRASILEIRO que, enquanto seguirem:

1. O desrespeito, por parte de Israel, de todas as
 2. resoluções da ONU para a Palestina, especialmente as
 3. RESOLUÇÕES VINCULANTES de seu Conselho de
 4. Segurança de números 194, que exige de Israel que permita
 5. o retorno de todos os Palestinos expulsos de suas casas e
 6. terras, do que resultam os quase 6 milhões de refugiados
 7. palestinos dos dias de hoje, e 242, que exige dos israelenses
 8. a desocupação de todos os territórios conquistados à base
 9. da força e da violência;

10. O seguimento da LIMPEZA ÉTNICA da Palestina
 11. por meio dos confiscos ilegais de terras palestinas para
 12. o assentamento, nelas, de “colonos” israelenses, política
 13. condenada, em dezembro de 2016, pela RESOLUÇÃO
 14. 2334, também do Conselho de Segurança da ONU,
 15. vinculante portanto, que teve o apoio de todos os países
 16. e uma só abstenção, a dos EUA, cujo descumprimento já
 17. foi anunciado por Israel;

18. A manutenção dos sequestros e prisões de palestinos,
 19. incluídos mulheres e crianças, apenas por resistirem à
 20. OCUPAÇÃO e à LIMPEZA ÉTNICA da Palestina, fazendo
 21. com que os cárceres de Israel tenham, hoje, perto de 10 mil
 22. palestinos e palestinas encarcerados ilegalmente;

23. O desumano, imoral e ilegal CERCO A GAZA, que
 24. já dura 10 anos, impedindo de irem e virem quase 2 milhões
 25. de seres humanos, bem como de lhes chegarem regularmente
 26. e nas quantidades necessárias alimentos, medicamentos,
 27. outros gêneros de primeiríssima necessidade, especialmente
 28. de material de construção para a reconstrução de casas,
 29. escolas, hospitais, fábricas, sistemas de água e esgoto,
 30. infraestruturas de transporte e de energia, quase totalmente
 31. destruídos nos bombardeios indiscriminados e imotivados
 32. de 2008/2009 e 2014, que deixaram perto de 4 mil mortos
 33. e incontáveis dezenas de feridos e mutilados, para não se
 34. falar dos traumatizados, o que coloca a população infantil
 35. palestina como a maior de todas no mundo no quesito
 36. trauma;

37. O uso, contra a população civil palestina, de
 38. armamentos e munições proscritas pelo direito internacional,
 39. como BOMBAS DE FRAGMENTAÇÃO, FÓSFORO

BRANCO e URÂNIO EMPOBRECIDO;

A negativa de ISRAEL em assinar, acompanhando
 a quase totalidade das demais nações do mundo, inclusive
 todas as do Oriente Médio, o TRATADO DE NÃO
 PROLIFERAÇÃO NUCLEAR e a CONVENÇÃO SOBRE
 ARMAS QUÍMICAS;

A ocupação ilegal de territórios de outros países da
 região do Oriente Médio, como Líbano e Síria, bem como
 a política de sistemática agressão militar a seus vizinhos; e

O regime de SUPREMACIA RACIAL,
 SEGREGACIONISTA e de APARTHEID de Israel,
 baseado em mitos religiosos, por meio do qual torna
 toda a população palestina sob ocupação, cidadãos de
 SEGUNDA CLASSE, sem direitos plenos, inclusive
 podendo ser expulsa a qualquer momento para dar lugar a
 NOVOS israelenses, normalmente imigrantes convidados
 e motivados a se mudarem para Israel e se instalarem em
 terras palestinas, passe a adotar, nos termos do DIREITO
 INTERNACIONAL e para pressionar Israel a cumprir para
 com suas obrigações no concerto das nações, a política de
 BOICOTE, DESINVESTIMENTO e SANÇÕES, tal qual
 o mundo já adotou, há pouco tempo, contra o REGIME DE
 SEGREGAÇÃO RACIAL, denominado APARTHEID,
 que por décadas vigorou na ÁFRICA DO SUL, somente
 cessando quando este ruiu, comprovando a correição e
 eficácia desta política global das nações e povos.

Esta política deve cobrir, tal qual se fez contra o
 APARTHEID da África do Sul, os campos diplomático,
 desportivo, científico, acadêmico e tecnológico, do
 comércio, dos intercâmbios culturais, militar e de aquisição
 ou venda de equipamentos bélicos ou de segurança, enfim,
 tudo que permita a Israel seguir a ocupação, pois o objetivo
 não é discriminar Israel no concerto das nações mas, apenas
 e tão somente, obrigar a que acabe com a OCUPAÇÃO
 DA PALESTINA e reconheça aos palestinos seus direitos
 NACIONAIS, CIVIS e HUMANITÁRIOS, nos termos do
 Direito Internacional, especialmente das resoluções da
 ONU, até hoje não cumpridas.

O Brasil, como estado membro a ONU, bem como

1. como um dos países que RECONHECEM a PALESTINA
 2. como ESTADO SOBERANO, tem esta obrigação moral
 3. e legal e deve adotar e persistir na política de BDS até que
 4. Israel reconheça o Estado da Palestina e cumpra com todas
 5. as resoluções da ONU e legislação internacional correlata,
 6. bem como os ACORDOS que o próprio Estado Israelense
 7. assinou e não cumpre, como os de OSLO.

8. É assim que pensam os trabalhadores em educação
 9. do Brasil, solidários que são com todos os povos e nações
 10. submetidas à agressão e à desumanidade.

11.

12. **MOÇÃO PELA APURAÇÃO DA MORTE**
 13. **DE BERTA CÁCERES, LÍDER ÍNDIGENA E**
 14. **AMBIENTALISTA DE HONDURAS**

15. **PROPOSIÇÃO: ARTICULAÇÃO SINDICAL**

16. Os trabalhadores em educação básica brasileiros,
 17. reunidos no 33º Congresso nacional da Confederação
 18. Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, exigem
 19. justiça na apuração do assassinato de Berta Cáceres,
 20. ativista ambiental hondurenha, líder indígena e fundadora
 21. do Conselho de Populares e Organizações Indígenas de
 22. Honduras (COPINH).

23. Na manhã do último dia 03 de março de 2016,
 24. homens armados invadiram sua residência e, a tiros, tiraram
 25. a vida dessa lutadora do povo hondurenho. Esse pequeno
 26. país da América Central, enorme em sua importância por
 27. reunir importantes grupos e etnias indígenas, em especial
 28. os Maias, é o campeão mundial em assassinatos e mortes
 29. intencionais. A violência no país cresceu exponencialmente
 30. quando, ainda no ano de 2009, o país sofreu um duro golpe
 31. parlamentar, com apoio dos Estados Unidos e, a exemplo
 32. do Paraguai e Brasil, destituiu o presidente eleito Manuel
 33. Zelaya.

34. Nesse ano de 2009, a Comissão Interamericana de
 35. Direitos Humanos inclui a ativista Berta Cáceres na lista
 36. de pessoas ameaçadas e que, por isso, deveria ser protegida
 37. pelo Estado. No dia de sua morte, Berta Cáceres estava
 38. sem proteção.

39. De tradição familiar de luta e ativismo, Berta Cáceres

iniciou sua militância ainda no movimento estudantil
 de seu país, quando fundou o COPINH. Sua luta mais
 recente, que talvez se constitua na maior motivação de sua
 morte, foi travada contra um grande empreendimento que
 objetivava construir 4 grandes barragens hidrelétricas no rio
 Gualcarque, atingindo de forma violenta o povo indígena
 Lenca, origem indígena dela própria.

Em função de sua luta e militância, chegou a receber
 em 2015 o prêmio Goldman do meio ambiente. Morreu
 lutando bravamente.

É fundamental que se apure e investigue a morte
 dessa grande mulher e ativista social. Exigimos justiça para
 esse caso que, mais uma vez, mancha a história da América
 Latina com o sangue de seus lutadores sociais. Chega de
 impunidade! Berta Cáceres presente!

MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE AO BRAVO
E COMBATIVO POVO CUBANO, DEPOIS DO
FALECIMENTO DE SEU LÍDER FIDEL CASTRO
PROPOSIÇÃO: ARTICULAÇÃO SINDICAL

Os trabalhadores em educação básica brasileiros,
 reunidos no 33º Congresso Nacional da Confederação
 Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE,
 manifestam seu mais veemente apoio ao povo cubano e
 ao processo revolucionário de seu país.

Depois da morte do comandante Fidel Castro, no
 último dia 25 de novembro de 2016, o apoio incondicional
 de todos à Revolução Cubana e a todo o seu povo é cada
 vez mais necessário. Esse pequeno país do Caribe que, por
 meio de sua revolução, transformou Cuba em um território
 livre do analfabetismo merece toda a solidariedade dos
 educadores brasileiros.

Lá, ao contrário do Brasil, os trabalhadores em
 educação são valorizados e, por meio de uma política de
 Estado de exportação de serviços sociais a todo o mundo,
 Cuba não só resolveu grande parte dos seus problemas
 sociais como fornece ajuda em educação, e também em
 saúde, a vários países.

A contribuição de Cuba na história do século XX

1. é algo fenomenal para um país daquele tamanho. E sua
 2. principal ação no processo civilizatório presente neste
 3. século foi a sua ajuda fundamental no fim do processo de
 4. *apartheid* da África do Sul, quando de modo absolutamente
 5. desprovido de quaisquer interesses mais mesquinhos, Fidel
 6. Castro enviou 36 mil combatentes, homens e mulheres, a
 7. Angola, que junto com as forças regulares daquele país,
 8. conseguiram deter a invasão militar do regime do *apartheid*.
 9. O próprio Mandela, líder sul-africano que dedicou a sua
 10. vida ao fim desse regime racista, reconheceu publicamente
 11. que, se não fosse por Cuba, o *apartheid* não teria findado
 12. naquele momento.

13. É por essas e por outras tantas estórias de construção
 14. de um mundo livre e justo, como o envio de médicos a
 15. todos os cantos desse planeta, inclusive ao Brasil, que
 16. Cuba merece o apoio e a solidariedade dos educadores
 17. brasileiros. E essa solidariedade se torna especialmente
 18. importante nesse momento do falecimento de seu líder Fidel
 19. Castro. Desaparecimento físico, porque o seu exemplo ainda
 20. contamina o mundo todo com os melhores valores: justiça,
 21. autodeterminação dos povos, igualdade e tantos outros que
 22. inspiram até os dias de hoje pessoas no mundo inteiro.

23. Por uma Cuba sempre livre! Pelo fim do
 24. imperialismo! Por um mundo mais justo e mais igual!
 25. Pelos valores humanos acima dos valores do capital! Toda
 26. nossa solidariedade e apoio ao povo cubano!

27.
 28. **MOÇÃO PELA APURAÇÃO E**
 29. **RESPONSABILIZAÇÃO DO DESAPARECIMENTO**
 30. **DOS 43 ESTUDANTES DA ESCOLA DO**
 31. **MAGISTÉRIO DE AYOTZINAPA, NO MÉXICO**
 32. **PROPOSIÇÃO: ARTICULAÇÃO SINDICAL**

33. Os trabalhadores em educação básica brasileiros,
 34. reunidos no 33º Congresso Nacional da Confederação
 35. Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE,
 36. manifestam sua solidariedade às famílias dos 43 jovens
 37. desaparecidos de forma nunca esclarecida na noite do dia
 38. 26 de setembro de 2014 em Iguala, no Estado de Guerrero,
 39. um dos mais pobres e violentos do México.

Esses familiares, que fizeram uma caravana no fim de
 dezembro de 2016 percorrendo todo o país, começando por
 Ayotzinapa, passando pela Cidade do México, e culminando
 com uma procissão até a Basílica de Guadalupe, têm o
 direito de receber as informações verdadeiras sobre o
 paradeiro de seus filhos.

Esses 43 estudantes cursavam a Escola Normal
 Rural Raul Isidro Burgos, uma faculdade de pedagogia em
 Ayotzinapa com um histórico de lutas e ativismo social. Na
 fatídica noite de 26 de setembro de 2014, a polícia municipal
 de Iguala com outros homens armados, vinculados ao
 crime organizado da região, alvejaram com tiros os ônibus
 que transportavam os estudantes de forma absolutamente
 violenta e desproporcional. Ao pararem os ônibus, os
 estudantes foram colocados em viaturas policiais para
 nunca mais aparecerem.

Passados quase 28 meses do seu desaparecimento
 forçado, exigimos explicações sobre o paradeiro desses
 jovens e reivindicamos que o Estado mexicano puna
 rigorosamente os agentes de segurança que participaram
 desse crime. É intolerável o esquecimento e a indiferença em
 relação ao desaparecimento desses estudantes, e passados
 mais de 2 anos, a completa falta de explicações por parte
 do governo mexicano.

A escalada de violência no México nos dias de
 hoje é resultado de mais de uma década de uma política
 fracassada de combate ao narcotráfico, iniciada quando,
 ainda no ano de 2006, o então presidente Felipe Calderón
 decidiu enviar milhares de soldados, fuzileiros navais,
 policiais federais e agentes do Ministério Público ao Estado
 de Michoacán, na costa do pacífico. Ali foi iniciada essa
 estratégia de guerra do Estado contra o narcotráfico, que
 já vitimou em pouco mais de 10 anos, mais de 130 mil
 vidas, entre mortos e desaparecidos. O principal erro dessa
 estratégia de enfrentamento do crime organizado encontra-
 se, justamente, no efeito que gerou o total descontrole do
 Exército e das forças de segurança do país, que carecem
 de marcos regulatórios de sua atuação, o que termina por
 contagiar todo o sistema de segurança do país, desde os de

1. nível federal até as polícias municipais.
 2. Não se pode mais tolerar esse descaso com a vida
 3. humana. A promoção da paz só encontrará êxito com a
 4. justiça social e no estabelecimento de novas relações entre
 5. o Estado mexicano e seu próprio povo. Solidarizamo-nos
 6. com as famílias dos 43 estudantes desaparecidos e com
 7. todo o povo mexicano, e exigimos repostas de seu governo.

8. Pela aparição com vida dos 43 estudantes! Vivos os
 9. levaram! Vivos os queremos de volta!

10.

11. **MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE**
 12. **MÁRIO SOARES**

13. **PROPOSIÇÃO: ARTICULAÇÃO SINDICAL**

14. Os trabalhadores em educação básica brasileiros,
 15. reunidos no 33º Congresso nacional da Confederação
 16. Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, prestam
 17. sua homenagem ao grande líder português Mário Soares,
 18. que nos deixou no último dia 07 de janeiro de 2017. Com um
 19. pesar enorme, os trabalhadores/as em educação brasileiros/
 20. as reconhecem na figura de Mário Soares uma daquelas
 21. personalidades que marcam para sempre a história de seu
 22. país e de todo o mundo ocidental.

23. Figura central no processo de redemocratização
 24. português, Mário Soares teve toda uma vida dedicada à
 25. luta antifascista e obteve êxito com a derrota da ditadura
 26. salazarista desde a famosa Revolução dos Cravos, em 25
 27. de abril de 1974. Fundador do Partido Socialista português,
 28. sua figura pública se projetou para todo o mundo por ter
 29. sido a principal liderança do campo democrático naquele
 30. processo revolucionário, conduzindo o Partido Socialista
 31. a uma vitória avassaladora na Assembleia Constituinte que
 32. se deu no ano de 1975.

33. Presidente da República por dois mandatos, a sua
 34. atuação sempre teve projeção internacional por estar sempre
 35. preocupado com as grandes questões que afligem não
 36. só os portugueses, mas todo o mundo. Mário Soares é,
 37. assim, daquelas figuras que deixará o mundo mais pobre
 38. com sua ausência. É daquelas lideranças que não são
 39. repostas em apenas uma geração. A História nos foi generosa

em podermos ser contemporâneos de uma figura dessa
 magnitude. É assim que ele será lembrado por todos/as!

MOÇÃO PELA APURAÇÃO DO MASSACRE
DE CURUGUATY, NO PARAGUAI

PROPOSIÇÃO: ARTICULAÇÃO SINDICAL

Os trabalhadores em educação básica brasileiros,
 reunidos no 33º Congresso Nacional da Confederação
 Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE,
 manifestam o seu mais completo repúdio à decisão do
 tribunal de sentença paraguaio que, no último mês de julho
 de 2016, decidiu pela condenação penal de camponeses
 naquilo que ficou conhecido como o Massacre de Curuguaty,
 no Paraguai, no dia 15 de junho de 2012.

Em uma decisão que chocou o país e o mundo, o
 Tribunal de Sentença encarregado de julgar o caso, ocorrido
 ainda em no ano de 2012, quando um contingente de 324
 policiais fortemente armados enfrentou um grupo de 60
 camponeses, metade deles mulheres, crianças e idosos,
 e resultou na morte de 17 pessoas (11 camponeses e 6
 policiais), imputou a culpa nas vítimas do massacre.

Cumpramos lembrar que o Massacre de Curuguaty,
 ocorrido no município paraguaio de mesmo nome, antecedeu
 em apenas uma semana o golpe parlamentar sofrido por
 Fernando Lugo, presidente eleito daquele país. Um novo
 tipo de golpe que subestima a vontade popular expressa
 nas urnas e que já está ficando comum em nossa região, na
 medida em que já ocorreram em Honduras, em 2009, e no
 Brasil, em 2016. Em outros tantos países já tentaram esse
 mesmo expediente de golpe parlamentar e não conseguiram,
 como na Bolívia, Equador e Venezuela.

Exigimos a libertação dos presos políticos no
 Paraguai, envolvidos e culpabilizados naquilo que eles
 próprios foram as maiores vítimas. Sabemos que o Massacre
 de Curuguaty pavimentou o caminho para a deposição do
 presidente eleito daquele país, Fernando Lugo, de modo
 que o poder fosse assaltado pelas grandes multinacionais
 produtoras de soja. Não podemos aceitar tanta injustiça!!
 Os educadores brasileiros se insurgem contra essa decisão

1. absurda de um tribunal que explicitou a sua faceta na
2. proteção dos interesses de classe.

3. Contra a criminalização do movimento camponês
4. no Paraguai! Pela libertação imediata dos presos políticos!
5. Pela apuração isenta do Massacre de Curuguaty! Exigimos
6. justiça ao povo camponês do Paraguai!

7.
8. **MOÇÃO DE REPÚDIO À PRISÃ POLÍTICA DE**
9. **MILAGRO SALAS NA ARGENTINA**

10. **PROPOSIÇÃO: ARTICULAÇÃO SINDICAL**

11. Os trabalhadores em educação básica brasileiros,
12. reunidos no 33º Congresso Nacional da Confederação
13. Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE,
14. manifestam seu mais veemente repúdio à prisão arbitrária
15. de Milagro Salas, ativista e lutadora social argentina, presa
16. no último dia 16 de janeiro de 2016 sob a etérea acusação
17. de incitação a delitos e a tumultos.

18. Dirigente da Organização Tupac Amaru, vinculada
19. à Central dos Trabalhadores da Argentina – CTA, Milagro
20. Salas é hoje uma presa política em um regime autodeclarado
21. democrático. Deputada do Parlamento do MERCOSUL,
22. Milagro sempre se envolveu com a militância da habitação
23. popular, que tinha como centro de sua atuação política a
24. construção de moradia para os pobres, como estratégia
25. central de efetivação de uma política de assistência social.

26. O motivo de sua prisão arbitrária remonta o ano de
27. 2009, quando supostamente organizou uma manifestação
28. contra o então senador Geraldo Morales, em que lhes
29. jogaram ovos. Hoje, aquele então senador virou governador
30. da província de Jujuy, estado natal da própria Milagro Salas,
31. e como retaliação àquele movimento apresentou à justiça
32. denúncia contra a combatente e grande militante social. Para
33. surpresa de todos, e mesmo com a fragilidade das denúncias,
34. a justiça argentina aceitou as bases da acusação e mandou
35. prender a militante Milagro Salas. Se não bastasse isso,
36. em julho de 2016, a justiça argentina agravou a acusação
37. contra Milagros e outros dois ativistas por administração
38. fraudulenta e associação ilícita, com a mesma fragilidade de
39. quem encarcera politicamente sob falsos argumentos legais.

A acusação contra Milagro Salas evidencia a trajetória crescente na América Latina de criminalização das lutas sociais. Trata-se de uma prisão política que já está sendo denunciada no mundo inteiro. O governo neoliberal de Mauricio Macri tem sido evasivo nas resoluções sobre o caso, transferindo toda a decisão sobre o caso para o órgão judicial da província de Jujuy, negando-se, inclusive, a cumprir uma decisão de órgão das Nações Unidas que exigiu a liberação imediata de Milagros, reconhecendo o caráter político de sua prisão.

Quase um ano depois dessa prisão arbitrária, e mesmo com todas as manifestações contrárias a esta prisão política, até do Papa Francisco, Milagros Salas continua presa injustamente. Presa e encarcerada por lutar pelo seu povo. Não podemos admitir isso. Nos solidarizamos com todos os trabalhadores argentinos, e em especial com Milagro Salas. Pelo fim da criminalização das lutas sociais! Pela libertação imediata de Milagro Salas! Que a injustiça não nos seja, nunca, indiferente, como já entoadado pelo cancionero argentino.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS
EDUCADORES DE OAXACA, NO MÉXICO
PROPOSIÇÃO: ARTICULAÇÃO SINDICAL

Os trabalhadores em educação básica brasileiros, reunidos no 33º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, manifestam sua mais irrestrita solidariedade aos educadores do Estado de Oaxaca no México, que tiveram suas manifestações fortemente reprimidas no dia 19 de junho de 2016, quando foram contabilizados 10 mortos, centenas de feridos e mais de 20 pessoas desaparecidas, durante a repressão policial contra os docentes.

Em luta contra a Reforma Educacional do governo Peña Nieto, apresentada ainda no ano de 2013 sem nenhum diálogo com os professores e estudantes, os docentes do Estado de Oaxaca, organizados na Coordenadoria Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), do México, resistem às mudanças propostas pelo governo, que

1. objetivam privatizar a educação pública do país e impor
2. novas relações de trabalho que facilitem a demissão de
3. professores da educação do nível básico.

4. O incremento da repressão da Polícia Federal
5. mexicana e da polícia estadual de Oaxaca contra as
6. manifestações dos professores desse Estado que, no México,
7. tem forte tradição de organização e luta, inviabiliza a
8. demanda por uma Mesa de Diálogo e contribui com a
9. criminalização do movimento.

10. O contexto de todo esse conflito não pode ser
11. dissociado da submissão às políticas de segurança dos
12. Estados Unidos, privatizações e entregas dos bens públicos,
13. aumento da violência, com o incremento no número de
14. mortos e desaparecidos em todo o país, e a criminalização
15. dos movimentos sociais.

16. Ao tempo em que prestamos nossa solidariedade aos
17. companheiros educadores de Oaxaca, exigimos a garantia
18. dos direitos humanos por parte do governo mexicano,
19. com o fim imediato da repressão contra os trabalhadores
20. da educação, e a abertura de canais de diálogo que possam
21. dirimir os conflitos oriundos dessa proposta de Reforma
22. Educacional, que pune de forma injusta e severa os
23. professores daquele Estado.

24. É também imperioso que se investigue e puna
25. os responsáveis pelo assassinato dos manifestantes, até
26. hoje impunes. Também não toleraremos a criminalização
27. dos protestos sociais, fomentada pelos grandes meios
28. de comunicação privada do país que, em conluio com o
29. governo mexicano, marginaliza os professores em luta e
30. cerceia o livre direito à manifestação.

31. A CNTE expressa, assim, sua mais veemente
32. solidariedade aos professores de Oaxaca, colocando-nos juntos
33. às fileiras de quem combate, não só no México, mas em todo o
34. mundo, a implementação das políticas neoliberais no setor da
35. educação pública, que só visam favorecer os grandes grupos
36. econômicos que só enxergam a educação como mercadoria.

37. **PELO FIM DA CRISE DOS REFUGIADOS NO**
38. **MUNDO**

39. **PROPOSIÇÃO: ARTICULAÇÃO SINDICAL**

Os trabalhadores em educação básica brasileiros, reunidos no 33º Congresso nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, exigem uma solução política para a crise dos refugiados a que o mundo, hoje, vive com tanta intensidade e desrespeito à vida de milhões de pessoas.

O mundo todo nunca esteve tão atônito quanto ao crescente deslocamento obrigatório de milhões de pessoas por toda parte do globo terrestre, em função das guerras e perseguições de toda espécie. Já considerada pela própria Organização das Nações Unidas – ONU como a pior crise humanitária do século, o número de pessoas deslocadas de seus países fugindo de perseguições políticas e guerras atingiu, no ano de 2015, a marca de 65,3 milhões de pessoas, não em trânsito no momento, mas no número compilado desde que essa estatística passou a ser feita.

O caso mais alarmante atualmente é o da Europa, em função da crise síria: em 2015, chegaram a mais de 1 milhão de refugiados. Em 2016 houve uma pequena queda em relação ao ano anterior, em função do acordo da União Europeia feito com a Turquia, país que se comprometeu a receber um número maior de refugiados sírios. No entanto, o número de mortos nas travessias e deslocamentos desses refugiados, que se dão, na maior parte das vezes, e em especial daqueles grupos que se dirigem à Europa, em embarcações com estruturas precárias, aumentou de forma estrondosa: mais de 3.800 mortes ao longo dessas travessias temerárias, que levam à morte milhares que tentam obter asilo ou refúgio.

Não podemos naturalizar situações desse tipo, que ofendem a nossa condição de ser humano. Mais estarrecedor ainda é a construção de muros para impedir a livre circulação das pessoas: a Hungria já construiu um muro de 175 km na fronteira com a Sérvia. A Áustria quer fazer o mesmo. Os Estados Unidos já anunciaram o mesmo em sua fronteira com o México. O sofrimento humano já não nos comove mais. Em vez de enfrentar e resolver essa grave questão, nossa intenção é pela via do escamoteamento.

A situação é alarmante no campo de refugiados

1. espalhados pelos vários países que ainda recebem essas
 2. populações: falta tudo a eles, desde roupas e alimentos,
 3. até remédios e insumos básicos. A ONU, que há muito
 4. deixou de jogar um papel central em todo esse debate,
 5. hoje se restringe a fazer caridade internacional, doando
 6. alimentos, sempre insuficientes, e construindo arremedos
 7. do que chamam de escolas. Urge no mundo de hoje uma
 8. agência internacional que tenha mais voz política nesse
 9. debate! Não podemos mais conviver com países que, ao
 10. se arvorarem donos e xerifes do mundo, desestabilizam
 11. regiões inteiras para se apropriarem das riquezas alheias!

12. Pelo fim das guerras que, em todo o planeta, causam
 13. tanto mal às pessoas! Pelo fim do imperialismo que, em
 14. nome de sua ganância, destrói países e regiões inteiras e
 15. entrega à própria sorte a vida de milhares de pessoas que,
 16. obrigadas a viver sem pátria e sem lar, desumanizam a
 17. todos nós! Pela solução política e supranacional da grave
 18. crise dos refugiados em todo o mundo!

19.
 20. **PELO FIM DA INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA**
 21. **NA SÍRIA**

22. **PROPOSIÇÃO: ARTICULAÇÃO SINDICAL**

23. Os trabalhadores em educação básica brasileiros,
 24. reunidos no 33º Congresso nacional da Confederação
 25. Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE,
 26. exigem o fim da intervenção dos Estados Unidos na Síria,
 27. fomentando uma guerra que, desde o seu início em 2011, já
 28. matou mais de 500 mil pessoas e provocou o deslocamento
 29. forçado de mais de 5 milhões de refugiados.

30. A guerra na Síria começou a partir do momento
 31. em que as manifestações de oposição ao Governo Assad,
 32. até então pacíficas, começaram a ter presença de amplos
 33. segmentos da população com armas estadunidenses que,
 34. tempos depois veio a se descobrir, estavam a entrar no país
 35. de forma ilegal e com apoio deliberado da CIA, agência de
 36. inteligência dos Estados Unidos.

37. A Síria, que tinha a tradição até então de ser um Estado
 38. secular (imparcial em relação às questões religiosas), viu-se
 39. tomado por uma divisão sectária e artificial entre a maioria

sunita e a minoria alauita, fomentada deliberadamente pelas
 potências estrangeiras, em especial os Estados Unidos, para
 dividir o seu povo. Com a entrada do Estado Islâmico no
 cenário, a situação só piorou.

O modelo de democracia dos Estados Unidos não
 é, definitivamente, parâmetro para o resto do mundo.
 Nem todos devem seguir o seu modelo. O princípio da
 autodeterminação dos povos exige o fim desse tipo de
 ingerência externa em assuntos internos de outros países,
 que só cabem a eles decidir. Em nome da imposição desse
 modelo de democracia, ao menos no campo formal das
 intenções e deixando de fora os interesses econômicos
 escamoteados, os Estados Unidos insistem em desestabilizar
 países e regiões inteiras, levando à guerra potências
 internacionais e regionais. Foi assim com os países de
 todo o norte da África.

Não se pode mais admitir esse tipo de postura do
 Senhor das Guerras que, à força, querem impor os seus
 interesses às outras nações do mundo.

A guerra na Síria chama a atenção pelo seu tamanho
 e proporção. Mas em cada canto desse mundo, existe algum
 conflito gerado por esse gigante com pés de barro. O fim
 da máquina de guerra dos Estados Unidos é pré-requisito
 para se alcançar a paz no mundo, em geral, e na Síria, em
 particular.

O mundo inteiro condena esse tipo de postura de um
 país que não sabe dialogar com as diferenças. O mundo
 inteiro está farto dessa guerra provocada e fomentada pelos
 Estados Unidos na Síria!

A paz só virá com o respeito à autodeterminação dos
 povos, com o fim da ingerência externa dos Estados Unidos
 no conflito da Síria e por meio de uma solução pacífica e
 negociada. Não serão as armas que irão pôr fim à guerra
 na Síria, mas o diálogo entre as partes e o respeito pelas
 decisões que só cabem aos sírios tomar.

MOÇÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO
ENSINO NO BRASIL

PROPOSIÇÃO: ARTICULAÇÃO SINDICAL

1. Os trabalhadores em educação básica brasileiros,
 2. reunidos no 33º Congresso Nacional da Confederação
 3. Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE,
 4. manifestam sua mais veemente oposição ao processo de
 5. privatização da educação básica no Brasil, que vem se
 6. dando de forma escamoteada e tácita desde o advento do
 7. governo golpista de Michel Temer.

8. A edição da Medida Provisória nº 746/2016,
 9. a despeito do pretexto de reformar o ensino médio no
 10. Brasil, pavimenta o caminho e cria as condições legais e
 11. institucionais para a privatização por completo da educação
 12. básica no Brasil. Todos sabemos que a apresentação
 13. dessa MP não está desconectada do restante das medidas
 14. tomadas por este governo sem voto que se instalou no
 15. Palácio do Planalto, desde o *impeachment* sem crime de
 16. responsabilidade da Presidenta Dilma Rousseff: assim como
 17. todas as medidas tomadas por este governo golpista, essa
 18. MP 746 retira direitos e abre caminhos para a exploração
 19. do setor privado na prestação dos serviços públicos.

20. A estratégia para a privatização do ensino já é
 21. conhecida: o limite imposto aos gastos com a educação
 22. irá asfixiar todo o sistema público de ensino no Brasil,
 23. criando as condições de entrada facilitada nesse “mercado”
 24. das instituições privadas. Essa é a estratégia tácita. Mas
 25. a referida MP 746 também é explícita quando propõe a
 26. terceirização dos profissionais da educação por meio de
 27. Organizações Sociais (as OSs), permitindo a contratação
 28. de professores por “notório saber”, sem o concurso público.

29. É claro que medidas dessa magnitude não vêm
 30. desacompanhadas de grandes interesses e interessados nesse
 31. filão: as grandes empresas do setor privado da educação
 32. estão interessadíssimas na aprovação dessa MP lesa-pátria
 33. imposta goela abaixo por este governo golpista.

34. Os grupos Kroton e Pearson são exemplos, dentre
 35. tantos outros, desses interessados: o primeiro tem entre
 36. seus proprietários o ex-ministro Walfrido Mares Guia,
 37. denunciado no esquema do mensalão tucano. Já a Pearson,
 38. grupo inglês poderosíssimo, evidencia o interesse de
 39. grandes grupos internacionais na abertura desse mercado

de educação privada no país. Já os políticos que promovem
 esse assassinato da educação pública no país, só podem
 esperar vultosos recursos financeiros para suas campanhas
 eleitorais.

Não podemos aceitar mais essa medida desse
 governo tomado por gatunos. Pelo fim da MP 746! Pelo
 fim da privatização do ensino no Brasil! Por uma educação
 pública e de boa qualidade! Os educadores brasileiros
 jamais se renderão a esse canto da sereia apregoadado por
 este governo ilegítimo que aí está!

MOÇÃO DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA LGBT

PROPOSIÇÃO: COLETIVO NACIONAL LGBT DA CNTE

Nós, delegados/as do 33º Congresso da CNTE,
 vimos por meio desta moção repudiar com veemência
 a violência LGBTFÓBICA que ocorre cotidianamente
 em todos os cantos do Brasil, uma verdadeira apologia à
 barbárie em nosso País que lidera o ranking dos índices
 desta violência, numa conjuntura conservadora que incita e
 dá aval a estas violências discriminatórias. O Estado reluta
 em criar políticas públicas que criminalize a violência
 LGBTFÓBICA. Repudiamos a bancada fundamentalista
 e conservadora que não respeita a laicidade do Estado e em
 nome da luta contra a “ideologia de gênero”, cria a Escola
 Sem Partido que fomenta o ódio, sobretudo, a comunidade
 LGBT, impossibilitando que as escolas desenvolvam um
 trabalho que promova o respeito às diversidades.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DE SERGIPE

PROPOSIÇÃO: DELEGAÇÃO ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA SINDICAL

Os trabalhadores em educação reunidos em Brasília
 entre os dias 12 a 15 de Janeiro de 2017 no Congresso da
 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-
 CNTE, com representação de 40 entidades sindicais da
 educação de todos os Estados brasileiros, aprovaram moção
 de repúdio ao Governo de Sergipe pela atual política de

1. desvalorização do magistério com não pagamento do
2. reajuste piso salarial para todos os níveis da carreira e pela
3. política adesista às medidas golpistas do Governo ilegítimo
4. de Temer na educação.

5. O Governo de Sergipe vem adotando uma política
6. de destruição da carreira do magistério público estadual,
7. na medida em que não garante o reajuste anual do piso
8. salarial para todos os níveis da carreira como determina a
9. lei federal 11.738 de 2008. O desrespeito a lei do piso pelo
10. Governo colocou Sergipe entre os Estados inadimplentes
11. com os professores em atividade e aposentados(as) e o que
12. paga um dos piores salários do país ao magistério.

13. Nosso repúdio acontece, também, pela recente
14. atitude do Governador de Sergipe Jackson Barreto de
15. entrar com pedido no STF para não pagar, dentro do mês,
16. os proventos dos professores(as) aposentados(as),

17. O Governo ainda vem tentando adotar, de forma
18. acelerada, as medidas golpistas do Governo ilegítimo de
19. Temer na educação. Com a pasta da educação estadual
20. gerenciada por um Secretário que preza autoritarismo, as
21. medidas golpistas vêm sendo priorizadas com forte reação
22. contrária da comunidade escolar como a imposição nas
23. escolas estaduais da Medida Provisória-MP nº 746 que
24. desmonta o Ensino Médio no país. Uma das ações da MP
25. 746 é a implementação da educação de tempo integral
26. através de Centros Experimentais (Escolas Charters) que
27. nega o direito de estudar para milhares de estudantes,
28. especialmente com o fechamento do Ensino Fundamental
29. e coloca a disposição centenas de professores.

30. O Governo de Sergipe tenta impor a educação de
31. tempo integral com corte no orçamento para educação o
32. que demonstra o alinhamento a PEC 55 que congela os
33. investimentos em educação por 20 anos.

34. O Governo já se antecipa a MP 746 quando
35. determina, por Portaria, que o Ensino de Língua Inglesa
36. será a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e o Ensino
37. de Língua Espanhola será optativo a partir do ano letivo de
38. 2017. A MP 746 estabelece que a reformulação curricular
39. somente entrará em vigor dois anos depois da aprovação

da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, ou seja,
em Sergipe as medidas golpistas estão na pauta do dia do
Governo de Sergipe, por isso repudiamos.

MOÇÃO DE EXIGÊNCIA PELO PAGAMENTO DE SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO RIO DE JANEIRO E DO RIO GRANDE DO SUL

PROPOSIÇÃO: HEITOR (APEOESP/SP), FÁBIO
DE MORAES (APEOESP/SP), MANOEL (APLB/
BA) E TARCÍSIO (APLB/BA).

Nós, delegados eleitos no 33º Congresso Nacional da
CNTE, reunidos em Brasília de 12 a 14 de janeiro de 2017,
nos dirigimos aos governos dos Estados do Rio de Janeiro
e do Rio Grande do Sul, exigindo o imediato pagamento
de todos os salários atrasados e o compromisso de seus
respectivos pagamentos rigorosamente em dia.

MOÇÃO DE APOIO AO XIX FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES

PROPOSIÇÃO: COLETIVO DE JUVENTUDE DA
CNTE

O XIX Festival Mundial da Juventude e dos
Estudantes é um evento internacional organizado pela
Federação Mundial da Juventude Democrática e a União
Internacional dos Estudantes desde 1947. Neste ano de
2017 ocorrerá em Sochi, na Rússia, no mês de outubro.

O Festival congregará jovens de todo o mundo com
o lema “por um mundo justo e a amizade entre os povos”.

A CNTE apoia o Festival, compreendendo a
importância da solidariedade internacional e a luta pela
liberdade, independência, paz e justiça social, bandeiras
que agregam as juventudes democráticas e progressistas
de todo o mundo. Neste sentido enviará uma delegação
para participar do encontro.

O festival será um importante espaço na jornada dos
jovens pela construção de um futuro melhor para as atuais
e futuras gerações.

1. **MOÇÃO DE REPÚDIO À POSIÇÃO DO**
 2. **SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**
 3. **DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**
 4. **PROPOSIÇÃO: SINDIUTE/CE**

5. Os/As delegados/as presentes ao 33º Congresso
 6. da Confederação Nacional dos/as Trabalhadores/as em
 7. Educação – CNTE, repudiam o posicionamento e a postura
 8. do Sindicato dos Servidores Municipais do Município de
 9. Fortaleza – SINDFOR, que segue em uma escalada de
 10. ataque e comprometendo a autonomia a liberdade sindical,
 11. princípio fundamental para o sindicalismo do SINDIUTE/
 12. CE, protagonizando uma injusta disputa de base que chegou
 13. às barras dos tribunais. Iniciativas e “estratégias” dessa
 14. natureza enfraquecem sobremaneira a unidade dos/as
 15. trabalhadores/as dos serviços públicos contra todas as
 16. formas de exploração, de retirada de direitos, de entrega
 17. do patrimônio público aos conglomerados empresariais,
 18. como é o caso do avanço da proposta do governo golpista
 19. de Temer, travestida no TISA, um tratado plurilateral da
 20. Organização Mundial do Comércio (OMC) que busca a
 21. liberalização de 17 segmentos para a livre privatização,
 22. dentre eles a educação pública.

23. Contudo, exigimos a retirada imediata do processo
 24. judicial movido pelo SINDIFOR contra o SINDIUTE/CE,
 25. sob pena de macularmos importantes relações sindicais,
 26. bem como os avanços nas conquistas dos/as trabalhadores/
 27. as do setor público, sejam eles/as da educação ou qualquer
 28. outro segmento.

29.
 30. **MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A**
 31. **PREFEITURA DE COLOMBO/PR E CONTRA**
 32. **O DECRETO 007/2017, CONTRA O MAU USO**
 33. **DOS RECURSOS DO FUNDEB E CONTRA AS**
 34. **PRÁTICAS ANTISSINDICAIS**
 35. **PROPOSIÇÃO: APMC SINDICATO/PR**

36. A APMC SINDICATO, entidade que representa
 37. todos Trabalhadores (as) em Educação de Colombo,
 38. apresenta a presente **MOÇÃO DE REPÚDIO** contra a
 39. **Prefeitura de Colombo – PR**, pelos seguintes motivos:

a) **Não pagamento das progressões e avanços** previstos no plano de cargos, carreira e vencimentos, conforme previsto na Lei 1221/2011 e no Estatuto do Servidor, Lei 1349/2014. b) **Contra o Decreto 007/2017**, publicado no DOU do município no dia 13/01/2017, onde no mesmo confirma o congelamento **do pagamento dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em educação**, citado na alínea acima. c) **Contra as práticas antissindicais** impostas à **APMC SINDICATO**, sendo que a última audiência com o Executivo ocorreu em meados de 2013, tendo se passado **mais de 1200 dias** sem nova audiência para atender a pauta da Categoria e seus representantes. d) **Contra o mau uso de recursos do FUNDEB**: constata-se nos últimos anos “**mau uso**” dos recursos do FUNDEB, em detrimento dos planos de carreira dos professores (as) e demais trabalhadores em educação, onde **investe-se mais de 5 MILHÕES na compra de UNIFORMES e KIT de MATERIAL ESCOLAR para os alunos**; sendo que esses recursos poderiam ser aplicados na valorização dos profissionais, tais como **pagamento do TERÇO DE FÉRIAS em dia** e ainda sobriaria dinheiro para outros investimentos. Diante desse quadro, **repudiamos essa gestão antidemocrática**, que **usa mau os recursos do FUNDEB** e segue em sintonia com a retirada de direitos dos trabalhadores (as) em educação e demais servidores, legitimando a onda golpista que perpassa o atual momento da nação. Repudiamos coletivamente **todos demais gestores**, sejam eles **municipais, estaduais ou federal** que seguem a mesma cartilha de retirada de direitos. Portanto, que esse repúdio se estenda para todos gestores golpistas, antidemocráticos que insistem em **fazer mau uso dos recursos destinados à educação**, sobretudo os recursos do FUNDEB, fogem do diálogo franco na construção de uma educação pública de qualidade conforme sonhou e procurou viver, o grande mestre e sempre atual Paulo Freire.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A ATITUDE
DO PREFEITO DE SERRA/ES
PROPOSIÇÃO: SINDIUPES/ES

1. Os (as) Trabalhadores (as) em Educação do
 2. Brasil, reunidos (as) no seu 33º Congresso Nacional da
 3. Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadores
 4. em Educação – CNTE -, no período de 12 a 15 de Janeiro
 5. de 2017, em Brasília - DF, repudiam veementemente
 6. a postura antidemocrática e anticategoria do Prefeito
 7. Municipal da Serra, Estado do Espírito Santo, Sr. AUDÍFAX
 8. BARCELOS (Rede); que, na data de 13 de Janeiro/2017,
 9. convocou a Câmara Municipal para votar o Projeto de Lei,
 10. em Sessão Extraordinária, onde se alteram dispositivos da
 11. **Lei Orgânica do Município (LOM).**

12. Com as mudanças estabelecidas na **PL N° 014/2017**,
 13. os/as diretores/as do **Sindicato dos Trabalhadores e**
 14. **Trabalhadoras em Educação Pública do Espírito Santo**
 15. **(SINDIUPES)** ficam impossibilitados/as de trabalhar na
 16. mobilização, organização e formação da categoria dos/
 17. as trabalhadores/as em educação, no município. Tal ação
 18. mais do que alterar dispositivos da referida lei, retira
 19. ainda garantias e direitos, tais como quinquênio, decênio
 20. e progressão para os/as Trabalhadores/as em Educação que
 21. ingressarem na rede municipal a partir de Janeiro de 2017.

22.
 23. **MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS SERVIDORES**
 24. **DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

25. **PROPOSIÇÃO: WALTER FILHO**
 26. **(SINDPEFAETEC/RJ)**

27. O Congresso da CNTE, por meio dessa moção,
 28. vem se solidarizar à luta dos servidores do Estado do Rio
 29. de Janeiro contra o governo Pezão. Nossa confederação
 30. entende que a unidade dos trabalhadores, em tempos de
 31. golpe, é um elemento central para a defesa de direitos. Por
 32. isso saudamos o Movimento unificados dos Servidores
 33. Públicos Estaduais – MUSPE.

34. Para a CNTE não são os trabalhadores os responsáveis
 35. pela crise dos Estados. A crise é culpa do governo do PMDB
 36. golpista, de sua agenda privatizante, das terceirizações e do
 37. descaso com o serviço público e com a população.

38. Por isso, a CNTE repudia o não pagamento dos
 39. aposentados, o parcelamento de salários e denunciemos

que o PMDB do Rio de Janeiro, com o pretexto da crise,
 toma medidas que resultam no desmantelamento do serviço
 público, com políticas neoliberais como a proposta de
 privatização da Companhia de água e esgoto – CEDAE.

Consideramos que a luta dos servidores é também a
 luta por um serviço público de qualidade para a população
 e nos solidarizamos com essa luta.

Todo apoio à luta dos servidores do Rio de Janeiro,
 e em especial aos profissionais de Educação e seus
 aposentados!

MOÇÃO EM DEFESA DA APOSENTADORIA
ESPECIAL DO MAGISTÉRIO

PROPOSIÇÃO: SINPEEM/SP

Sr(a) deputado(a), Sr(a) Senador(a), não queremos
 privilégios, mas não podem ignorar e nem desrespeitarem o
 que segue: É a educação, reconhecido por largo consenso, ou
 melhor, unanimidade, fator estratégico para a humanização
 e o desenvolvimento social, técnico, científico e econômico.
 Portanto, tem que ser assumida como política de Estado.
 São os professores, diretores, coordenadores, supervisores
 e funcionários da educação, imprescindíveis para o êxito
 de qualquer política que vise assegurar a universalização
 do acesso, permanência das crianças, jovens e adultos
 à escola e educação de qualidade. No entanto, a par da
 essencialidade destes profissionais, são eles submetidos
 às piores condições de trabalho, remuneração e vítimas
 de perseguições e violência. Quando todos os indicadores
 apontam para a necessidade do se reverter o quadro
 deplorável do nosso sistema de educação e para tanto,
 valorizar e melhorar as condições de trabalho e ausência
 de direitos que afastam centenas de milhares de professores
 da escola por adoecimento, o governo federal encaminha a
 PEC da Previdência, fixando em 65 anos a idade mínima da
 aposentadoria para profissão, exige 49 anos de contribuição
 para o direito de aposentadoria com valor integral da média.
 Absurdo dos absurdos, que os Sr.(as) não podem pactuar.
 A Organização Mundial reconhece que o exercício do
 magistério causa desgaste físico e estresse, cabendo ser

1. tratada como especial e ter cuidados em relação a sua saúde.
 2. Não por acaso, se consagrou na Constituição o direito a
 3. aposentadoria Especial para o Magistério, com redução
 4. inclusive de 5 anos para as mulheres, que são 8 em cada
 5. 10 dos que exercem o magistério. O que o governo quer é
 6. desrespeito à profissão, as mulheres e à todos que sabem
 7. ser a educação fundamental e a querem de qualidade, com
 8. educadores(as) do Brasil reunidos no 33º Congresso da
 9. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
 10. realizado em Brasília, pedimos seu contrario a PEC da
 11. Previdência nos termos encaminhado pelo presidente Michel
 12. Temer.

13.
 14. **MOÇÃO DE REPÚDIO À ATITUDE DO**
 15. **GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA,**
 16. **SENHOR CONFÚCIO MOURA**

17. **PROPOSIÇÃO: MANOEL DA SILVA (SINTERO/RO)**

18. Nós delegados do 33º CONGRESSO NACIONAL
 19. DOS TRABALHORES EM EDUCAÇÃO reunidos em
 20. Brasília nos dias 12, 13, 14 e 15 de janeiro, abaixo assinados
 21. vem de público repudiar veemente a atitude do Governador
 22. DO ESTADO DE RONDÔNIA Sr. CONFÚCIO MOURA
 23. e dos DEPUTADOS ESTADUAIS que na calada da noite
 24. votaram a favor do aumento do desconto previdenciário
 25. de 11% para 14%, proposta esta que não foi encaminhada
 26. para discussão com os servidores estaduais, demonstrando
 27. a forma antidemocrática e arbitrária com o qual governa.

28.
 29. **MOÇÃO DE REPÚDIO AO DESPEJO DO**
 30. **SINTUSP – CHEGA DE PERSEGUIÇÃO**
 31. **POLÍTICA – TODO APOIO A LUTA DOS**
 32. **FUNCIONÁRIOS**

33. **PROPOSIÇÃO: CÁTIA CASTRO (APP**
 34. **SINDICATO/PR); DIEGO VALDEZ (APP**
 35. **SINDICATO/PR); ROMILDO RODRIGUES**
 36. **(SINPEEM/SP)**

37. Na Linha da onda repressiva aos direitos trabalhistas
 38. que assola o país, a direção da USP está tentando eliminar
 39. o sindicalismo da universidade.

Primeiro, por meio de um Ofício, emitido em 06 de abril deste ano, a direção da USP conferiu um prazo de 30 (trinta) dias para que o Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP) deixasse o cômodo que ocupa no campus.

A comunidade uspiana reagiu e, aparentemente a direção da Universidade havia desistido de cometer esse desatino.

No entanto, no dia 09 de dezembro, no período das férias, a Reitoria obteve uma liminar para promover o despejo do Sintusp, da sede que ocupa nas dependências na universidade.

Para tentar justificar o despejo, a Reitoria alegou existir uma necessidade acadêmica da Escola de Comunicações e Artes (ECA), onde o imóvel se encontra, mas a ECA, por intermédio de sua Congregação, em reunião realizada no dia 27/04/16, já deixou claro, em nota, que “não solicitou à Reitoria da USP a desocupação da sede do SINTUSP para efeito de reorganização dos espaços acadêmicos da Escola”.

O SINTUSP ocupa o local desde a fundação na década de 60 e o fez de forma consentida por todas as administrações da universidade em todos esses anos, inclusive a atual. O local é muito pequeno e possui instalações bastante precárias, não servindo, a nenhuma atividade acadêmica ou administrativa da USP. Ao contrário, serve sim para organizar os trabalhadores para a luta por seus direitos e contra as reformas e ataques governamentais.

Por isso o ato da Reitoria não passa de uma atitude represália contra a ação sindical do SINTUSP, e, portanto, um atentado à classe trabalhadora como um todo.

MOÇÃO DE REPÚDIO À MP 746

PROPOSIÇÃO: DIEGO VALDEZ (APP
SINDICATO); VANI ESPIRÍTO SANTO (APP
SINDICATO/PR); GUSTAVO FERNANDES (APP
SINDICATO)

Para nós delegados e delegados do 33º Congresso da Confederação Nacional dos trabalhadores da educação, através deste documento repudiamos a MP 746 que destrói a maior política pública deste país, que é a da educação pública.

1. O Ministério da Educação, por meio da Medida
 2. Provisória nº746, de 22 de setembro de 2016, alterou o
 3. Ensino Médio, parte da Educação Básica, destruindo a maior
 4. política pública neste país, que é a da educação pública.
 5. Para procurar convencer a sociedade que essa MP é ideal,
 6. o MEC tem colocado uma propaganda enganosa, com a
 7. juventude dizendo que apoia esta medida, entretanto, as
 8. ocupações pelos estudantes das escolas públicas no Brasil
 9. demonstram o quanto nefasta é a mesma para a população
 10. brasileira, já que em texto institui uma política de fomento
 11. à implementação de escolas de Ensino Médio em tempo
 12. integral, mas em contrapartida, através da PEC 55 que retira
 13. recursos da educação e conhecemos de perto a realidade
 14. escolar onde as escolas brasileiras são sucateadas, sem
 15. carteiras, laboratórios, etc. A MP 746 não prevê de onde
 16. viria os recursos para essa escola integral e ainda separa o
 17. conhecimento em diferentes áreas. Lembramos que ensino
 18. a uma pequena parcela dos estudantes matriculados no
 19. Ensino Médio.

20. Hoje existem entre 7,5 e 8 milhões de jovens
 21. matriculados no Ensino Médio e tal proposta pretende
 22. oferecer ensino integral para 500 mil deles, o que por si só
 23. já configura um padrão seletivo de organização do ensino.

24. Sem recursos, nenhuma escola pública terá condições
 25. de oferecer um Ensino de qualidade e se transformarão em
 26. locais espaços de formação de força de trabalho flexível
 27. (adaptada a diversas formas de trabalho simples) e mal
 28. paga, administrada pelo setor empresarial. Usam como
 29. desculpas que o ensino médio está falido e que é incapaz
 30. de proporcionar aos estudantes deste início do século XXI
 31. uma aprendizagem significativa e interessante. Mas por trás
 32. deste discurso escondem algumas situações como falta de
 33. financiamento e autoritarismo.

34. A MP 746 não deixa evidente que todas as escolas
 35. seriam em tempo integral, só aí abre brecha para escolas
 36. com carga horária menores que outras e matriz curriculares
 37. totalmente diversificadas, com escolhas de trajetórias de
 38. formações impossíveis ou inaplicáveis.

39. A MP 746 é totalmente contrária a uma escola viva,

onde nossos meninos e meninas são protagonistas de suas
 próprias histórias, tanto que ameaça a obrigatoriedade de
 disciplinas como Sociologia, Filosofia, Artes e Educação
 Física, imprescindíveis para um ensino verdadeiramente
 humanizado numa sociedade tão violenta como a nossa.

A retirada sumária destas disciplinas causa impacto
 em diferentes áreas da sociedade, como o aumento do
 desemprego de inúmeros docentes que dedicam suas vidas
 a capacitarem-se para a carreira docente e negará um direito
 humano básico que é o acesso a toda forma de conhecimento
 produzido pela humanidade, trazendo um prejuízo social
 e econômico na formação de toda uma geração de jovens
 que constituirão a sociedade do futuro.

Queremos e precisamos de uma educação pública,
 gratuita e laica. Entendemos que a escola deve ser um espaço
 de aprendizado e de trocas de saberes e experiências. Nossa
 juventude tem o direito de ter acesso ao conhecimento que
 lhes permita conhecer a sociedade em que vivem em suas
 dimensões social, cultural, política e científica.

Queremos lembrar que a Constituição Federal de
 5 de outubro de 1988 em seu artigo 5º estabelece que
 todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer
 natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros
 residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à
 liberdade, à igualdade, à segurança, e à prosperidade, nos
 termos seguintes:

(...) VIII – ninguém será privado de direitos por
 motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou
 política eximir-se de obrigação legal a todos imposto e
 recusar-se cumprir prestação alternativa fixada em lei;

IX – é livre a expressão da atividade intelectual,
 artística, científica e de comunicação, independentemente
 de censura ou licença.